

# convergência

ABR — 1990 — ANO XXV — Nº 231



- **ESPIRITUALIDADE DE UMA NOVA EVANGELIZAÇÃO**  
Marcello Azevedo S. J. — página 147
- **FORMAÇÃO PARA A MISSÃO, HOJE**  
Pe. Alberto Garuti — página 156

# CONVERGÊNCIA

Revista da  
Conferência  
dos Religiosos  
do Brasil: CRB



**Diretor-Responsável:**  
Pe. Edênio Valle, SVD

**Redator-Responsável:**  
Padre Marcos de Lima, SDB  
(Reg. 12.679/78)

**Equipe de Programação:**  
Pe. Ático Fassini, MS  
Pe. Cleto Caliman, SDB  
Ir. Delir Brunelli, CF  
Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

**Direção, Redação, Administração:**  
Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299 / 20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

## Assinaturas para 1990

Brasil, taxa única:	
terrestre ou aérea .....	NCz\$ 429,00
Exterior: marítima.....	US\$ 38,00
aérea .....	US\$ 48,00
Número avulso .....	NCz\$ 42,90

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

**Composição:** Linolívoro S/C Ltda., Rua Dr. Odilon Benévolo, 189 — Benfica — 20911 Rio de Janeiro, RJ.

**Fotocomposição:** Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202 — São Cristóvão — 20940 Rio de Janeiro, RJ.

**Impressão:** Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — Centro — 25685 Petrópolis, RJ.

## Nossa Capa

Sinaliza, em instantânea percepção visual ilusória, algo como uma tela de TV, este prodigioso projetor de cenários fugidios, incapaz, porém, de revelar a realidade por trás da rapidez da luz em movimento e da imagem em ação. A TV domina o nosso cotidiano e reflete, em nossas estruturas interiores, o conjunto da trama de nosso tempo. Cada vez MAIS se pensa MENOS sem a IMAGEM como fator constituinte de sua expressão ou de seu processo de criação. Hoje a dinâmica telemática, com horizontes inimagináveis, ameaça aposentar o papel como suporte fi-

sico informacional. A sociedade informatizada tornou obsoletos os parâmetros unidimensionais da linha e bidimensionais da superfície. Ela quer o ESPAÇO e, por isso, o código agora é outro: antena parabólica, disquete, fotograma de vídeo, 'frame', inteligência artificial, laboratório holográfico, 'laser', osciloscópio, satélite, terminal de acesso remoto, 'transponder', etc. Utilizando avanços tecnológicos eletroacústicos, sonha-se com o som da cor e a cor do som sintetizados eletronicamente com força icônica e semântica. É no vídeo, se alega, e não na PÁGINA que a palavra, num 'clone' sincrético, se realiza plenamente. /// A Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) dispõe de uma retórica como estratégia de argumentação que busca convencer quanto à credibilidade de sua mensagem. CONVERGÊNCIA é o meio de que se utiliza. Aqui o meio já é a mensagem. SÓ, a visualização ilude, cria fantasia conceitual e nos mantém na casca de nós mesmos. A LEITURA, porém, propicia o retorno e novas interpretações. LER CONVERGÊNCIA, mensalmente, é fértil plataforma de novas possibilidades de iluminação dos mistérios que a Vida Religiosa envolve pelo lampejo de uma observação inédita proveniente da fé (Pe. Marcos de Lima, SDB).

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o nº 1.714-P.209/73.

## SUMÁRIO

EDITORIAL.....	129
INFORME DA CRB .....	130
ESPIRITUALIDADE DE UMA NOVA EVANGELIZAÇÃO Marcello Azevedo S. J. ....	147
FORMAÇÃO PARA A MISSÃO, HOJE Pe. Alberto Garuti.....	156
AUTOBIOGRAFIA Victoriano Baquero Miguel, S. J. ....	175
FUNDAMENTOS ECLESIOLOGICOS DA ORGANIZAÇÃO DOS CRISTÃOS LEIGOS D. Marcelo Pinto Carnevalheira.....	183

# EDITORIAL

A CAMPANHA DA FRATERNIDADE de 1990, sobre o tema "Fraternidade e Mulher" e com o lema "Mulher e Homem: Imagem de Deus", mais do que qualquer outra é desafiadora e envolvente.

Desafiadora porque nos impele à conversão. Conversão em relação a posturas e atitudes muito concretas em nossa vida social e pessoal. De homens e de mulheres. De todas as classes e culturas. Todos trazemos na cabeça, determinadas maneiras de ver a mulher. Seu valor. Sua vida. Seu modo de pensar e agir. Seu papel na família e na sociedade. Seu lugar na Igreja. Muitos preconceitos se acumularam. Culturas se macularam de androcentrismo. E a mulher foi sendo deslocada para a margem. Feita subserviente. Usada e abusada. Empurrada para um segundo lugar compensado às vezes por idealizações que para nada servem a não ser para ludibriar a fantasia de umas, e amaciar a consciência de outros. A CF-90, pois, vivida num espírito quaresmal, será caminho de transformação pascal.

Envolvente porque implica com a vida de todo o mundo, como o diz muito bem a APRESENTAÇÃO do Texto-Base: "As Campanhas anteriores buscavam um caminho para a conversão pessoal e comunitária na mudança de vida relacionada com algum aspecto concreto da realidade contrá-

rio à fraternidade evangélica. A atual Campanha não se refere apenas a um aspecto determinado da vida social. O convite à conversão se dirige ao próprio ser da mulher e do homem, naquilo que são em si mesmos e no que são um para o outro. A dureza de nosso coração mudou muita coisa no decorrer da história; prejudicou, deformou o Plano de Deus". Sim, é preciso re-encontrar o caminho da construção do projeto de Deus, projeto único, de coordenadas femininas e masculinas, a ser construído na igualdade e reciprocidade, na fraternidade e sororidade, de mulheres e homens, juntos, somando valores e ideais.

Nesse contexto da Campanha da Fraternidade de 1990, queremos levar às leitoras e leitores de CONVERGÊNCIA, nossos fraternos votos de FELIZ PÁSCOA! Páscoa de Ressurreição.

As mulheres marcaram presença de fundamental importância na vida de Jesus Testemunharam sua vida e morte. Foram as primeiras testemunhas da Ressurreição do Senhor. A elas coube o primeiro anúncio do Cristo Ressuscitado aos irmãos. Sejam elas também, hoje e sempre, entre nós, Religiosos, por sua palavra e vida, as mensageiras da Boa Nova Pascal.

FELIZ PÁSCOA!

Pe. Atico Fassini, MS

# I N F O R M E

## CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

---

---

---

---

---

### **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA CRB**

Às 8h30m do dia 29 de novembro de 1989, na sede da CRB Nacional teve início a primeira reunião do Conselho Superior da CRB, eleito em julho do corrente ano, cujos nomes são: Irmã Adylles Rossato, Irmão Claudino Falquetto, Irmã Aurélia Maria Gonçalves Greycy, Irmã Hilda Rosa, Frei Patricio Sciadini, Irmã Welma Andrade Wanderley, e Padre Carlos da Silva. Este último, por motivo de doença, não pode comparecer. Após a Celebração Eucarística, o Padre Edênio Valle, Presidente da CRB Nacional, fez a abertura dos trabalhos, dizendo da finalidade da reunião e apresentando a pauta dos trabalhos, que foi devidamente aprovada. Em seguida, cada Conselheiro fez a sua apresentação pessoal, assim como os Assessores da Diretoria Nacional que também se encontravam presentes. De acordo com a pauta, foi feita uma leitura do Capítulo III, dos Estatutos da CRB, que trata do Conselho Superior. Logo depois, foi realizada a escolha da pessoa que seria o Presidente do Conselho Superior, de acordo com o Art 23 dos Estatutos. Esta escolha recaiu sobre o Irmão Claudino Falquetto, tendo em vista a sua larga experiência e capacidade. Não foi feito o exame da

parte administrativa, de acordo com o que reza o Art. 25 dos Estatutos, porque o Conselho Fiscal, apresentado pelo Presidente, só agora, nesta primeira reunião, é que está sendo aprovado. O Presidente da CRB, Padre Edênio Valle, nos forneceu várias informações, colocando-nos bem a par do andamento da CRB, no tocante às suas diversas atividades, realizações, buscas e esperanças. Igualmente, tivemos oportunidade de ouvir de cada Assessor da CRB Nacional as devidas informações sobre a visão que cada um está tendo do seu trabalho na CRB. Lemos e analisamos os Relatórios das principais atividades realizadas pela CRB Nacional, no segundo semestre de 1989. O nosso julgamento é que os trabalhos foram realizados integralmente, dentro do que estava programado e no espírito da XV Assembléia Geral Ordinária, realizada em julho/89. Queremos, por isso, deixar registrado: a) Aprovamos as atividades realizadas e parabenizamos o bom espírito e o dinamismo que anima os membros da Diretoria e seus Assessores; b) Reconhecemos o espírito de corresponsabilidade de todos os membros que compõem a CRB Nacional e elogiamos o fato de todos os cargos estarem devidamente preenchidos; c) Consideramos bastante oportuna a criação do Grupo de Religiosos Bibliístas (GRB), da Comissão de Justiça e Solidariedade, o relançamento do Grupo de

Religiosos Irmãos; d) Recomendamos que seja incentivado e levado a efeito o programa de leitura da Bíblia, em seqüência ao Plano Palavra Vida (PPV); e) Agradecemos o envio antecipado, aos membros do Conselho Superior, dos relatórios de todas as atividades realizadas; f) Por fim, aprovamos os nomes de: Padre Antônio Carlos Delboux, Padre Catarino Felipe Catapan, Irmã Djanira de Sousa Lopes, Irmã Maria Luengo e Irmão Paulo de Melo para o Conselho Fiscal, considerada a comprovada capacidade de cada um. E para encerrar, eu Irmã Aurélia Maria Gonçalves Greyc, lavrei a presente ata, que será assinada por quem de direito, se estiver conforme. Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1989.

**Ir. Claudino Falquetto, FMS**

**Ir. Adylles Rossato, ICM**

**Ir. Hilda Rosa, FPD**

**Ir. Welma A. Wanderley**

**Ir. Aurelia Maria Gonçalves Greyc**

## **PROFOCO = BREVE HISTÓRICO E PROSPECTIVA**

O PROFOCO (Programa de Formação para Contemplativa) não é apenas mais um curso que a CRB oferece às religiosas. Ele já tem uma tradição e constitui elemento integrante de nossas atividades. O PROFOCO começou a existir em 1982: primeiro na história da vida contemplativa no Brasil, foi uma resposta da CRB Nacional ao pedido feito por essas mesmas irmãs em 1979.

Reconhecendo o valor dessa consagração vivida no mais absoluto da gratuidade, a CRB deu sua resposta que quer ser um impulso à ESPERANÇA de renovação, de aprofundamento, de vivência sempre mais dinâmica e compro-

metida no seguimento de Jesus Cristo, na vida contemplativa.

Desde então as religiosas contemplativas do Brasil, hoje vivendo em 103 Mosteiros de 13 Ordens diferentes (Beneditinas, Carmelitas, Clarissas, Concepcionistas, Cistercienses, Passionistas, Redentoristas, Visitandinas, Sion, Dominicanas, Servas do Santíssimo Sacramento, Servas do Espírito Santo, Irmãs da Cruz do Bom Pastor), têm podido acompanhar os cursos e se beneficiar com as oportunidades de reciclagem que eles oferecem. Além disso, a renovação, a atualização dos conteúdos, a possibilidade de confronto com o diferente do carisma de contemplação próprio a cada família, oferece às religiosas contemplativas meios de acompanhamento da vida da Igreja e dos irmãos, para assumi-los mais autenticamente na sua oração.

O PROFOCO tem uma dinâmica própria. Realiza-se em etapas. Desde sua origem obedece a uma ordem e programação, susceptíveis de mudanças, mas sempre atentas aos objetivos próprios do curso.

A CRB já realizou três cursos do PROFOCO:

O PROFOCO I — com cinco etapas — de março de 1982 a março de 1984;

O PROFOCO II — com quatro etapas — de outubro de 1984 a abril de 1986;

O PROFOCO III — com três etapas — de abril de 1987 a abril de 1988.

Além disso, atendendo às solicitações das mesmas irmãs, houve dois REENCONTROS das participantes:

REENCONTRO DO PROFOCO I — em setembro/outubro de 1986;

REENCONTRO PROFOCO I e II — em abril de 1989.

O total de religiosas que participaram dos cursos e reencontros foi de 130 irmãs. Uma iniciativa que deu grande impulso ao desejo de aprofundamento e de reflexão com relação ao específico da vida contemplativa, foi a publicação do livro "FALAM AS CONTEMPLATIVAS", a partir dos trabalhos realizados durante os cursos, sob a coordenação e orientação dos professores do PROFOCO. Esse livro comprova o empenho e ardor que as irmãs contemplativas têm quando se trata dos assuntos que dizem respeito à natureza mais intrínseca de sua vocação na Igreja.

A CRB continua suas atividades junto dos Mosteiros. Ela oferece a oportunidade e procura facilitar a participação. É feliz de poder colaborar para a animação da vida religiosa também contemplativa e se sente gratificada pela expressão de reconhecimento e de estima que os Mosteiros lhe fazem.

Em 1990 terá início o PROFOCO IV. Querendo estar em sintonia com toda a Igreja do Brasil, no mesmo espírito da Campanha da Fraternidade que tem como tema a MULHER, este PROFOCO centraliza sua atenção sobre esse ponto. Para que muitas religiosas e religiosos possam acompanhar essa iniciativa e rezar por ela, pondo-se em comunhão de fraternidade com as nossas irmãs dos claustros, aqui oferecemos as principais coordenadas do PROFOCO IV.

## **PROFOCO IV**

### **01. TEMA:**

"A NOVA EVANGELIZAÇÃO E A MULHER CONTEMPLATIVA"

### **02. DURAÇÃO:**

Três etapas, num total de 72 dias:  
1ª etapa — de 22 de maio a 14 de ju-

nho de 1990; 2ª etapa — de 06 a 30 de novembro de 1990; 3ª etapa — de 06 a 30 de abril de 1991.

### **03. PARTICIPANTES:**

Religiosas contemplativas formadoras; Religiosas contemplativas que se preparam para assumir a formação; Religiosas contemplativas que estão na área da formação, nas suas várias modalidades.

### **04. OBJETIVOS:**

— Proporcionar às religiosas contemplativas elementos de ajuda para o aprofundamento de sua vida de mulheres consagradas.

— Incentivar o crescimento pessoal, pela oração, reflexão, estudo, dando oportunidade para a revisão de elementos básicos do conteúdo de sua formação.

— Possibilitar o encontro de diferentes carismas, dentro da mesma vocação — a contemplação —, pela partilha e vivência fraterna.

— Fornecer elementos de estudo e reflexão, na perspectiva da Nova Evangelização à qual somos convocados pelo Papa João Paulo II, abrindo pistas para a atualização do compromisso da religiosa contemplativa com o Reino.

— Auxiliar as religiosas contemplativas responsáveis pela formação, de acordo com o seu carisma, proporcionando elementos e subsídios para o desempenho de sua missão.

## 05. CONTEÚDO:

O PROFOCO está previsto de modo que cada uma das etapas tenha um conteúdo programático referente às áreas de fundamentação teológica, fundamentação bíblica, dimensão espiritual e psicológica da vida contemplativa. Além disso, constitui componente essencial a vivência comunitária, a partilha de vida, a oração litúrgica e individual e a participação nas diversas atividades.

## 06. PROFESSORES:

São escolhidos pela coordenação do PROFOCO, em comum acordo com a CRB. A coordenação geral do curso está sob a responsabilidade direta de um membro da Assessoria da CRB Nacional.

## 07. EXIGÊNCIAS:

— Que as irmãs que fazem sua inscrição se comprometam a freqüentar as três etapas. Elas formam um conjunto e são articuladas entre si.

— Que haja a preocupação e o cuidado de levar às comunidades o conteúdo do curso. O PROFOCO quer ser instrumentos de dinamização e de reciclagem para todas as religiosas contemplativas.

— Que as participantes se apliquem ao estudo e aprofundamento das matérias dadas, preparando, entre as etapas, um trabalho de livre escolha, dentre os temas da etapa anterior. Esses trabalhos serão entregues no primeiro dia de cada nova etapa.

— Que as irmãs estejam abertas e dispostas para acolherem a dinâmica e conteúdo do PROFOCO. Não há exi-

gências formais com relação a nível escolar, mas sim quanto ao desejo e disposição para acolher a proposta do PROFOCO.

## 08. PROGRAMAÇÃO: CONTEÚDO

**Primeira etapa:** de 22 de maio a 14 de junho de 1990:

- Orientação dos estudos;
- A Mulher Consagrada;
- Nova Evangelização e contexto cultural;
- Cristologia;
- Teologia da Vida Religiosa;
- Oração litúrgica — Liturgia das Horas;
- Dia de Oração.

**Segunda etapa:** de 06 a 30 de novembro de 1990:

- Revisão dos trabalhos;
- A religiosa contemplativa e a Palavra de Deus;
- Teologia Moral;
- A Aliança na Bíblia;
- Dimensão contemplativa da oração;
- Dia de Oração;
- Vivência comunitária;
- Orientação Espiritual (1ª etapa).

**Terceira etapa:** de 06 a 30 de abril de 1991:

- Revisão dos trabalhos;
- Vida Religiosa e Nova Evangelização;
- Aspectos da Ecclesologia e Mariologia;
- História da Igreja e Patrística;
- Elementos pedagógicos da formação inicial;
- Relação de Ajuda;
- Orientação Espiritual (2ª etapa);
- Retiro Orientado.

RETIRO VICENTE DE PAULO DOS IRMÃOS DE NOSSA SENHORA MÃE DA MISERICÓRDIA. 32900 IGARAPÉ — MG. Tel.: (031) 534-1390.

Esta comunicação quer ser também uma alerta e um pedido para toda a Vida Religiosa: os Mosteiros estão aí, muitas vezes vizinhos a nossas comunidades, mas pouco nos damos conta de seu papel e de sua importância para a Igreja. Nossas irmãs contemplativas contam com a partilha, o interesse, a amizade, a verdadeira fraternidade evangélica de cada uma, de cada um de nós.

Vamos assumir o compromisso de trazê-los para a nossa vida, ampliando, assim, a dimensão da existência e de nossa possibilidade de amor e comunhão? Aqui fica este apelo e voto.

**Ir. Elza Ribeiro :**

Assessora da Diretoria  
Responsável pelo PRO FOCO.

## **ENCONTRO NACIONAL SOBRE JUNIORATO**

A CRB Nacional, através do seu GRF (Grupo de Reflexão sobre Formação), está empenhada na preparação de um ENCONTRO NACIONAL SOBRE JUNIORATO, evento de capital importância para a vida religiosa, uma vez que se trata de uma parada para reflexão, estudo, aprofundamento, metas, em torno do futuro dessa mesma vida religiosa, para hoje e para o amanhã.

Desde outubro de 1987 trabalhamos nessa linha. O Seminário Nacional sobre Formação na inserção, realizado em

outubro desse ano em São Paulo, apontou três aspectos da formação que pareciam, aos formadores, necessitar de uma atenção especial: JUNIORATO — MUNDO DO TRABALHO — VOCAÇÕES POPULARES. O GRF teria que fazer uma opção, uma vez que seria impossível enfrentar os três temas de uma só vez. A escolha recaiu sobre o Juniorato. O GRF sentiu logo que seria um processo comportando etapas de curto, e longo prazo.

— Em 1988 elaborou um questionário que foi enviado, através das Seções Regionais da CRB, aos Junioratos Intercongregacionais e a muitas Congregações femininas e masculinas. Ele tinha duas direções: formandos e formadores. As respostas não tardaram muito a chegar e numerosas: mais de mil junioristas e de cem formadores!

— Depois de um primeiro trabalho feito pelo GRF (tentativa de síntese por Regionais), esse material foi confiado ao Frei Clodovis Boff, da Equipe de Reflexão Teológica da CRB, com o pedido de uma leitura do conteúdo. Em abril de 1989 tivemos o primeiro resultado. O assunto despertou o interesse dos teólogos da ERT que, na sua reunião de junho, partilharam suas reflexões sobre o tema, dando origem a uma nova idéia: a publicação de CADERNOS DE FORMAÇÃO. O primeiro deles tem como conteúdo a reflexão (leitura) do Frei Clodovis e as contribuições de outros membros da ERT.

— O interesse maior se centralizou sobre as respostas das junioristas. As respostas dadas pelas formadoras, todas muito importantes e vividas, merecem um tratamento separado e sua "leitura" está prometida.

— Conhecedor do assunto, o GRP (Grupo de Reflexão de Psicólogos) também manifestou seu interesse e, atendendo ao pedido do GRF, se propôs fazer análise do mesmo material, fornecendo, assim, elementos para outro Caderno de Formação.

— Um dos aspectos que dificultaram a elaboração de uma síntese das respostas, foi o fato das perguntas dos primeiros questionários serem abertas. Cada uma delas possibilitava uma gama de reflexões, de argumentos e explicações. Riqueza que facilita uma leitura em profundidade, mas impossibilita uma leitura numérica ou estatística. Além disso, verificou-se que vários aspectos da formação não tinham sido abordados, alguns deles de capital importância para a vida.

— Nessa altura dos acontecimentos, a CRB já estava decidida a realizar um ENCONTRO NACIONAL SOBRE JUNIORATO, no ano de 1990. Um encontro que parta da realidade, da vida mesma, naquilo que ela tem de mais significativo para as e os jovens religiosos. Esse Encontro está marcado para a última semana de setembro, de 25 a 29 de 1990. Nele pretendemos reunir em média duzentos participantes, entre formadores e junioristas, de todo o território Nacional.

— Para suprir as lacunas deixadas pelo primeiro questionário, o GRF enviou um segundo (também para formadores e formandos), tentando poder quantificar e tabular alguns dados; perceber as incidências; identificar as etapas e níveis de junioristas; suprir as deficiências dos questionários anteriores; atingir maior número de junioristas, formadores e Congregações; atingir as Con-

gregações; atingir as Congregações masculinas.

— Recebemos 1.370 respostas de junioristas e 280 de formadores. A síntese dessas respostas foi devolvida às Regionais, com a proposta de ser trabalhada em preparação ao Encontro. Todo esse conteúdo será revertido em favor da própria etapa: é matéria prima com a qual o Espírito nos ajudará a realizar uma obra bonita, eficaz, sempre em favor da juventude religiosa do Brasil.

Como pretendemos trabalhar no Encontro?

— Com jovens formandas e formandos de todas as Regionais da CRB. Uma preparação prévia está sendo pedida. Aqueles que participarem do Encontro o farão como representantes dos grupos a que pertencem.

— Com formadores e formadoras igualmente de todas as Regionais. A escolha ou seleção das/dos participantes será feita na própria Regional, na proporção e critérios que ainda estão em entendimento.

— Com Assessores capazes de caminhar com o grupo nas diferentes áreas: Consagração, votos, missão; Maturidade afetiva e vivência comunitária; Discernimento e Espiritualidade; Inculturação e Inserção; Estudos, pastoral e trabalho.

Pedimos que os Superiores, os Formadores, os Religiosos em geral, nos ajudem neste processo, acompanhando os trabalhos que nos propomos fazer — com interesse, oração, simpatia, comunicação e participação. Não estamos trabalhando para nós mesmos: é a grande aventura do Reino, desse Reino que está entre nós, nos persegue e nos questiona, sempre NOVO e RENOVADOR

com a força do Espírito Santo. Ocupar-nos, preocupar-nos com a FORMAÇÃO das novas gerações é sinal da ESPERANÇA que nasce de uma FÉ integrada e dinamizada pela graça.

Os membros do GRF Nacional agradecem esse interesse e participação.

**Ir. Elza Ribeiro**

## **CELEBRANDO O CENTENÁRIO 1889 — 1989**

Neste ano celebramos o centenário de morte de nossa fundadora e fazemos memória de sua vida na busca de atualizar o "Dom Congregacional".

Em 1827, a história italiana acolhe mais uma filha: GAETANA STERNI.

A vida desta mulher, cujo centenário de morte celebramos, constitui uma fonte generosa capaz de saciar nossa sede de ideais profundos na busca de uma maior encarnação de nossa espiritualidade no hoje da história.

**IRMÃS DA DIVINA VONTADE:** neste nome esconde-se a herança que Gaetana nos deixou: "Fazer da Vontade de Deus o pólo unificador da nossa vida em sua totalidade".

Bem sabemos que a Vontade de Deus não se encontra matematicamente em programas computadorizados. O nosso Deus encarnado em Jesus Cristo é um paradigma que faz caminhar: imanência e transcendência estão juntas e para o nosso desafio nosso Deus não se deixa manipular.

Gaetana Sterni, deixando-se conduzir pelo Espírito de Deus, percorreu um itinerário apaixonante traçando as linhas da nossa espiritualidade: procura incan-

sável da face de Deus, doação total no seguimento de Cristo fiel à Vontade do Pai; humildade e desapego de si mesma no abandono e total confiança em Deus.

Em 1865, em estilo de grande simplicidade, nasce a Congregação e Gaetana exprime esta consciência a respeito do acontecimento: "...fui só um frágil instrumento de que o Senhor se serviu".

Naquela época, o carisma congregacional se concretizou no serviço aos pobres de um asilo, no qual reunia uma grande diversidade de pessoas: anciãos, doentes e marginalizados da sociedade e na atenção às necessidades emergentes, principalmente aos doentes a domicílio.

Em 1962, a Congregação, acolhendo os sinais dos tempos, num momento em que a história eclesial celebra o Vaticano II, as primeiras irmãs partiram para o Brasil, Equador, Itália, Alemanha e África.

A celebração do centenário de morte de Gaetana fortalece nossa caminhada, junto aos mais pobres, com a Igreja e e outras forças sociais, neste momento em que é necessário discernimento e coragem para levar em frente os caminhos abertos com o suor e sangue de tantos mártires, em nossa América Latina. Queremos com a nossa vida, nas CEBs, na participação nos movimentos populares, na animação e caminhada junto com o povo, anunciar: "É vontade de Deus que a vida do povo cresça e dê frutos de justiça e fraternidade".

O itinerário espiritual de Gaetana, como a de outros fundadores, constitui uma herança vital para a Igreja. Por isso, comunicamos e convidamos a to-

dos, religiosas e religiosos, a se unirem conosco neste evento.

**Ir. Tereza R. A.**

## **SANTA VICENTA MARIA, 100 ANOS DE VIDA EM DEUS**

**1890-1990**

Nós, Religiosas de Maria Imaculada, celebramos o 1º Centenário da morte de nossa Fundadora, Sta. VICENTA MARIA LOPEZ Y VICUÑA, nascida em Cascante-Navarra — Espanha) no dia 22 de março de 1847, e que voltou para Deus aos 26 dias do mês de dezembro de 1890, em Madrid (Espanha). 100 ANOS DE "VIDA EM DEUS". Foi beatificada por SS. o Papa Pio XII no dia 19 de fevereiro de 1950, e canonizada no dia 25 de maio de 1975, por SS. o Papa Paulo VI.

SANTA VICENTA MARIA fundou a Congregação no dia 11 de junho de 1876 em Madrid, como resposta às urgentes necessidades das jovens que, do interior chegavam às grandes cidades em busca de trabalho. Ontem, hoje e sempre, oferecemos as JOVENS acolhida, promoção e Evangelização. Elas foram, são e serão sempre o alvo primordial de nossa atenção.

Nossa Congregação faz-se presente em 18 nações de 4 continentes com quase 2.000 Religiosas. No Brasil, há 68 anos colabora nos Estados de: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Pará e Ceará.

Por essa comemoração, e para que ela seja também motivo de profunda renovação carismática, solicitamos a todos preces de gratidão a Deus pelas reali-

zações humano-sociais e religiosas que fazem a história da Congregação das RELIGIOSAS DE MARIA IMACULADA.

"AS JOVENS CONTINUAM TRIUNFANDO EM NOSSOS CORAÇÕES".  
"DEMOS GRAÇAS A DEUS POR TUDO"  
(Sta. Vicenta Maria).

No dia 8 de dezembro de 1989, com uma Vigília Mundial de Oração, as Religiosas darão início às comemorações do Centenário que será clausurado em 30 de dezembro de 1990.

**Ir. M. Blanca Martinez Goñi, RMI**  
Superiora Provincial

## **"IGREJA BRASILEIRA", ESCLARECIMENTO E PROCEDIMENTO**

1. Para esta informação e o devido procedimento foram consultados:

1.1. "Comunicado Mensal da CNBB", setembro 1973, n. 252, onde às páginas 1221-1231, há um levantamento da situação da Igreja Católica Brasileira e suas implicações pastorais, feito pela linha 5 — Diálogo Religioso — apresentando o Projeto 4.1.7. do 2º Plano Bienal de Atividades;

1.2. Um estudo atualizado, apresentado por D. Estêvão Bettencourt O.S.B., aos 13 de fevereiro de 1989, a pedido da CED, que fora consultada pelo Regional Sul IV;

1.3. Um breve estudo do Pe. Jesús Hortal S.J. sobre o valor dos sacramentos administrados nas "Igrejas Brasileiras", na revista *Direito e Pastoral*, outubro 1989, n. 14, pp. 58(124) — 62(128).

2. Em vez de "Igreja Brasileira", é mais exato dizer "Igrejas Brasileiras". A

Igreja Católica Apostólica Brasileira" (ICAB), que teve o seu início aos 6 de julho de 1945 pelo cisma promovido por D. Carlos Duarte Costa, ex-Bispo de Botucatu e, depois titular de Maura (por isso conhecido como Bispo de Maura), teve após a morte de D. Carlos, muitas divisões. Não é sempre fácil traçar as origens exatas e a linha de sucessão de seus "bispos". Conhecem-se, hoje, os seguintes grupos independentes:

2.1. Igreja Católica Apostólica Ecumênica. Igreja Católica Apostólica Independente. Igreja Católica Apostólica Nacional. Igreja Católica Apostólica Cristã. Igreja Católica Apostólica Trinitária. Igreja Católica Livre do Brasil, fundada em 1937 por D. Salomão Ferraz, que em agosto de 1945 se fez sagrar por D. Carlos Duarte, e que em março de 1960 foi recebido na Igreja Católica tendo feito profissão de fé nas mãos do Cardeal de São Paulo e foi por João XXIII, nomeado Bispo Auxiliar da mesma Arquidiocese. Igreja Católica Ecumênica Episcopal. Igreja Católica Peregrina na Região do Nordeste. Há ainda outros grupos.

2.2. Há também "ordens" e "congregações" religiosas que atuam mais ou menos independentemente dos grupos acima citas: Ordem de Santo André. Ordem dos Missionários Mensageiros do Verbo Divino. Congregação dos Missionários de Cristo Eterno Sacerdote. Congregação dos Missionários de Jesus. Congregação de São José. Sociedade de São Marcos Evangelista.

2.3. Há grupos que se proclamam "ortodoxos" ou "vêtero-católicos". Uns são ramos derivados da ICAB, outros não. Nenhum deles é reconhecido pelas Igrejas Ortodoxas ou pela União de

Utrecht. Assim temos denominações como: Igreja Católica Apostólica Ortodoxa Ocidental. Igreja Católica Apostólica Ortodoxa (patriarcado do Brasil). Ordem dos Santos Padres Católicos Apostólicos Ortodoxos. Igreja Católica Apostólica de Antioquia (não confundir com a Igreja Católica Apostólica Ortodoxa Antioquena). Ordem Católica Ortodoxa Independente. Igreja dos Velhos Católicos do Brasil. Santa Igreja Velha Católica. Igreja Católica Ortodoxa Americana. Igreja Católica Ortodoxa Livre.

2.4. Em alguns casos de grupos que se proclamam "católicos" não se constata nem sequer uma ligação inicial com a ICAB ou com alguma de suas ramificações, mas ajudam a confundir. É o que acontece com o chamado "Pe." Jair Pereira, fundador de uma "Rede Nacional de Missões Católicas", com emissões no rádio e na TV, onde anuncia o envio pelo reembolso postal de "hóstias consagradas", "vinho consagrado"...

3. Estatisticamente, segundo informações de Dom Luís, Bispo de Brasília e Patriarca da ICAB, esta teria hoje uns 5 bispos, uns 700 padres e uns ..... 10.000.000 fiéis.

#### 4. Doutrina da ICAB

Possui o seu "Catecismo Católico Brasileiro". É a doutrina tradicional católica, sem o seu desenvolvimento posterior, sobretudo a partir do Vaticano II. Não aceita, porém, a autoridade do Papa como Chefe Supremo da Igreja e admite a dissolução do vínculo sacramental do matrimônio.

#### 5. Liturgia

Usa, geralmente, a do antigo Missal Romano. Algumas Dioceses da ICAB, porém têm seus próprios livros rituais.

À medida que a ICAB se vai diversificando, fica também mais e mais confusa a sua doutrina e a sua liturgia. Por isso.

## 6. Validade dos sacramentos

### 6.1. As ordenações

A praxe constante da Igreja Católica foi a de reconhecer como válidas as ordenações e sagrações feitas por bispos validamente consagrados, que utilizassem matéria e forma certamente válidas. Por isso, a Igreja Católica não duvidou nem duvida da existência de um verdadeiro episcopado, mesmo que não esteja em comunhão plena com a Santa Sé, nas Igrejas Ortodoxas, nas Janse-nistas e Vétero-Católicas da União de Utrecht (é do século 18 a Igreja Vétero-Católica da Holanda. Foi por bispos desta Igreja que outras foram recebendo a ordenação episcopal. Essas Igrejas organizaram-se numa comunhão eclesial chamada União de Utrecht). Recentemente temos o caso dos bispos chineses da "Igreja patriótica" e o de Le-fèvre.

D. Carlos Duarte Costa era bispo validamente sagrado. A ex-comunhão de 7 de maio de 1945 não lhe podia fazer perder o caráter sacramental do episcopado. Além disso, sempre que ordenou padres ou sagrou bispos, fez questão de declarar publicamente, antes da cerimônia, que queria fazer o que a Igreja Católica Apostólica Romana desejava fazer nas suas ordenações e sagrações e seguir à risca o rito romano.

A confusão, porém, instalada na ICAB com a auto-proclamação de certos "bispos" (como p. ex. "D" Wilson Martins, no RS) e o afastamento cada vez maior dos ritos da Igreja Católica fizeram mudar a atitude da Santa Sé. Em carta de

16 de fevereiro de 1972, o Cardeal Se-per, Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, escrevia ao então Nuncio Apostólico no Brasil, D. Umberto Mozzoni: "Após um exame aprofundado da questão, à luz de várias informações e dos precedentes que constam neste Sagrado Dicastério, os Eminentíssimos Padres, na Congregação Ordinária do dia 2 do corrente mês (fevereiro), decidiram o seguinte:

1. Os seguidores da Igreja Apostólica Católica Brasileira — é assim que está na carta — podem ser recebidos na Igreja Católica **como leigos**, se houver sinais de verdadeira conversão;

2. Somente em casos excepcionais poderia ser examinada, caso por caso, a eventualidade de uma reordenação "sub conditione" ao Diaconato ou até ao Presbiterato de algum bispo ou presbítero que a pedisse e preenchesse as condições normais (estudos, conduta, bispo benévolo, etc.);

3. De jeito nenhum nem jamais os bispos cismáticos poderão esperar serem recebidos como bispos na Igreja Católica...

O Santo Padre, na audiência concedida ao abaixo assinado, no dia 4 do corrente (= fevereiro), aprovou as decisões transcritas.

A carta é de 16 de fevereiro de 1972. Foi publicada no "Comunicado Mensal" 1972, Março, p. 12 ; posteriormente no "Comunicado Mensal" de novembro de 1986, p. 1472.

Como se vê, a Congregação não chega a declarar, em nenhum momento, nulas as ordenações ou sagrações dos membros das Igrejas Brasileiras, mas levanta uma séria dúvida sobre a sua

validade. Por isso, na hipótese de admissão ao exercício do ministério na Igreja Católica, prescreve a reordenação "sub conditione" e não absolutamente. A não admissão ao exercício do episcopado é claramente uma medida disciplinar e não um julgamento sobre a validade ou nulidade da sacração.

Em 2 de novembro, respondendo a uma consulta feita pelos Bispos dos Regionais Nordeste I e IV da CNBB, por ocasião da "visita ad limina" em 1985, Bovone, Secretário da Congregação para a Doutrina da Fé, em relação às ordenações reafirmou a posição da Doutrina da Fé, já dada na carta do Cardeal Seper de 16 de fevereiro de 1972.

Está, pois, claro que na disciplina atual da Igreja Católica, as ordenações e sacrações conferidas nas "Igrejas Brasileiras" são consideradas duvidosas e, quando os ordenados ou sagrados forem admitidos excepcionalmente ao ministério sagrado, deverão ser reordenados **sob condição**.

#### 6.2. A Eucaristia, penitência, unção dos enfermos, crisma

Daqui se deriva a questão relativa a outros sacramentos para cuja validade se requer a ordenação válida: Eucaristia, penitência, extrema unção, crisma. **Em princípio**, deverão ser considerados de validade, pelo menos, **duvidosa**. Por isso, no caso da **crisma** deverá ser repetida **sob condição**. No caso da **penitência** "se requer, além do poder da Ordem, a faculdade de exercer este poder em favor dos fiéis aos quais se dá a absolvição (cânon 966 & 1). Ora, os padres da "Igreja Brasileira" não receberam validamente essa faculdade, por estarem fora da comunhão da Igreja Católica. Das todas as confissões feitas pe-

rante eles são nulas, não obstante a eventual boa fé dos penitentes.

Em relação ao **matrimônio** se requer para os católicos a "assistência" ativa de um ministro dotado da faculdade correspondente, a fim de dar "forma canônica" ao consentimento matrimonial. Por isso, se um ou dois nubentes são católicos (batizados ou recebidos na Igreja Católica e dela não se afastaram por ato formal), estão obrigados à forma canônica e, conseqüentemente, o seu casamento na "Igreja Brasileira" é nulo. Mas, se nenhum dos dois é católico, não estão obrigados à forma canônica. É o que se deduz da resposta do Arcebispo Bovone dada aos Bispos do Nordeste I e IV, em 1985, que tendo perguntado se os matrimônios celebrados perante sacerdotes da Igreja Brasileira eram válidos e se uma pessoa desposada na Igreja Brasileira que quer continuar na Igreja Católica deve renovar o seu matrimônio, receberam como resposta: "Os matrimônios de dois batizados na "Igreja Católica Apostólica Brasileira" perante sacerdotes dessa Igreja, devem ser tidos como válidos, já que os contraentes não sendo católicos, não estão obrigados à forma canônica prescrita no Código do Direito Canônico cânones 1117, 1108 & 1, 1058. Conseqüentemente, uma pessoa pertencente à Igreja Brasileira e tendo-se casado nela, não deve renovar o seu matrimônio ao passar para a Igreja Católica".

Esse pressuposto na resposta da Congregação, normalmente não se dá em nossa prática pastoral. O que vemos, normalmente, são pessoas católicas (pelo menos uma delas) e que não pretendem separar-se da Igreja Católica, mas celebram um casamento na "Igreja Brasileira", porque lá não se necessita de

preparação ou lá se faz com maior solenidade ou até por outros motivos. Evidentemente, esse matrimônio é nulo por falta de forma canônica.

### 6.3. O batismo

Na resposta aos Bispos do Nordeste I e IV, em 1985, a Congregação diz: "A propósito do batismo, aplique-se o cânon 869 & 2".

O que diz esse cânon? "Aqueles que foram batizados em comunidade eclesial não-católica não devem ser batizados sob condição, a não ser que, examinada a matéria e a forma das palavras usadas no batismo conferido, e atendendo-se à intenção do batizado adulto e do ministro que batizou, haja séria razão para duvidar da validade do batismo". Ora, quanto à matéria e à forma empregadas no batismo pelos ministros da ICAB e grupos afins, não se pode levantar nenhuma dúvida. Mas, no momento atual, **pela absoluta falta de formação da maioria de seus ministros, pela conduta moral de um bom número deles, pela flutuação doutrinária** que os caracteriza hoje, e **pela vontade manifesta de enganar o povo** (fazendo-se passar simplesmente por "católicos"), com finalidades claramente lucrativas, pode-se e deve-se, assim o Pe. Jesús Hortal S.J., **duvidar da intenção deles**. Daí que, como norma geral, os batismos conferidos nas "Igrejas Brasileiras" devam ser repetidos **"sob condição"**, sempre que um dos seus membros quiser estar em plena comunhão com a Igreja Católica. Não é a simonia deles que leva a duvidar da validade do batismo, mas o conjunto de condições, formação dos seus ministros, conduta moral duvidosa, flutuação doutrinária, vontade manifesta de enganar o povo, ajuntando-se a isso ainda a finalidade lucrativa.

## 7. Como proceder? Sugestões pastorais

7.1. É desaconselhada a polêmica. Mas também não se pode deixar na insegurança o povo católico, interpelado pelas Igrejas Brasileiras. Daí:

7.2. Esclarecer os fiéis e o público a respeito da origem, da história e das façanhas das Igrejas Brasileiras. Diga-se a verdade objetiva. Os responsáveis por aquelas comunidades costumam replicar às Notas Esclarecedoras, apontando sintomas de indisciplina dentro da Igreja Católica. Por isso:

7.3. Convém que nós bispos zelemos pela boa disciplina do clero e dos fiéis em nossas respectivas dioceses. O nosso desleixo pastoral debilita o povo de Deus e deixa-o sujeito a oscilações e deserções dolorosas.

7.4. Não se sufoque a devoção popular, mas faça-se um esforço para que o espírito da Liturgia, juntamente com uma sábia cristologia e eclesiologia, a penetre e vivifique.

7.5. Para tanto, requer-se redobrado zelo na catequese. Essa não deve versar apenas sobre Moral, mas, antes de tudo, ensine as verdades sobre Deus, a criação, o pecado, Jesus Cristo, a Igreja, Maria, os sacramentos, a Escatologia... A catequese é, sem dúvida, tarefa n. 1 na Pastoral no Brasil.

7.6. Haja também muita prudência e equilíbrio quanto a recusar batizados de filhos de pais que nem sempre constituem exemplo de vida cristã (os não legitimamente casados na Igreja; filhos de mãe solteira...).

7.7. Há muitos de nós que permanecem ainda numa atitude de puro sacra-

mentalismo e devocionismo, sem a necessária evangelização, como exigem os documentos conciliares. Tal atitude pastoral errada, longe de impedir, favorece a proliferação da ICAB.

7.8. É preciso combater todo interesse de lucro em nosso trabalho pastoral.

7.9. Um trabalho realmente ecumênico com a ICAB não é fácil. Isto não impede um relacionamento prudente e um diálogo pessoal com elementos sinceros e de boa vontade. A dificuldade está, geralmente, em suas atitudes duvidosas e em seu baixo nível cultural.

**Alóisio Cardeal Lorscheider**

## **O ASSUNTO DA FORMAÇÃO É O JUNIORATO**

Dentre as diferentes etapas da formação inicial, o juniorato é, sem dúvida, a mais densa de conteúdos existenciais e a mais rica do ponto de vista formativo. Após o período de iniciação ao estilo próprio da Vida Religiosa segundo o carisma de uma determinada Congregação, durante o postulado e o noviciado, segue-se um tempo de assimilação, de sedimentação, de apropriação desse estilo que acontece no juniorato, preparação para o compromisso definitivo da profissão perpétua.

Por razões diversas, essa etapa privilegiada tornou-se, progressivamente, no período pós-conciliar, um grande ponto de interrogação. As inúmeras desistências nessa fase, ao lado de outros fatores, revelam uma situação de crise e de descaracterização de um momento que deveria ser visto por todas as Congre-

gações como período áureo na Vida Religiosa.

Captando a gravidade dessa situação, formadores inseridos, reunidos em um seminário nacional, em São Paulo, no mês de outubro de 1987, dirigiram um apelo à CRB Nacional, no sentido de fazer um levantamento da situação dos junioratos nas diversas Congregações, identificar melhor a problemática em questão e propor pistas de encaminhamento dos pontos críticos.

A CRB Nacional acolheu o apelo como um desafio e encarregou o GRF (Grupo de Reflexão sobre a Formação) de dar os primeiros passos em ordem a enfrentá-lo. Na primeira reunião do GRF em 1988, realizada nos dias 14 e 15 de março, o grupo redigiu dois questionários abertos, um para as/os junioristas e outro para as/os formadores(as) do juniorato. Esses questionários foram remetidos imediatamente para as 17 Regionais da CRB que os endereçaram às Congregações, esperando-se as respostas até 10 de junho do mesmo ano.

A reação foi positiva, revelando a preocupação e mesmo a angústia de formadores e formandos nessa etapa: 99 Congregações identificadas (102 formadoras) e 1.038 junioristas responderam aos questionários. Prevaleceu a resposta dada pelas Congregações e formandas femininas. De posse desse rico material, o GRF imediatamente iniciou seu estudo, tendo como primeira reação as seguintes percepções:

— Constatam-se vários "modelos" de juniorato.

— São pontos de referência nesta etapa:

o Noviciado como etapa formativa bem definida;

o próprio juniorato, necessitado de maior clareza de objetivos, de novos instrumentos pedagógicos e de melhor sistematização de seus conteúdos específicos;

a Congregação e comunidade como continuadoras do processo formativo, em que o acompanhamento é uma das estruturas de apoio fundamental e normalmente deficiente.

Mais especificamente nota-se:

— Espiritualidade: há confusão de conceitos e pouco estímulo para o cultivo da experiência de Deus feita anteriormente.

— Trabalho: ainda não há consciência clara do valor do trabalho como elemento de formação.

— Estudo: necessidade de valorizar o estudo como fundamentação para a própria Vida Religiosa e sua missão hoje, sobretudo nas Congregações femininas.

— Comunidade: considerada como lugar privilegiado e ao mesmo tempo ponto nevrálgico da formação nesta etapa.

— Missão: nota-se entre as inseridas maior preocupação com a missão do que entre os que atuam nas obras institucionalizadas.

Para uma leitura mais aprofundada das respostas, sentiu-se necessidade de elementos mais claros: quanto à formação como processo global; quanto à opção evangélica e teológica no processo formativo; quanto ao modelo de Igreja e de Vida Religiosa subjacente

no encaminhamento da formação; quanto à juventude e seus valores.

Verificou-se, em seguida, que o questionário aberto, se de um lado oferecia uma grande riqueza de informação sobre a realidade do juniorato, de outro tornava difícil uma análise mais sistemática dos pontos nevrálgicos dessa etapa. O GRF sentiu necessidade de ajuda mais qualificada tecnicamente, que elaborasse uma síntese e uma reflexão sobre seu significado.

Com a simpatia que sempre manifestou pela formação, Frei Clodovis Boff, da ERT (Equipe de Reflexão Teológica) prontificou-se a fazer esse trabalho até o mês de dezembro de 1988. Devido a seus múltiplos compromissos, a primeira redação só ficou pronta no mês de março de 1989. O GRF apreciou o texto, a perspicácia da análise e a profundidade da reflexão crítica de Frei Clodovis e apresentou-lhe algumas observações.

O texto foi, em seguida, apresentado à reunião da ERT no mês de junho de 1989, recebendo o apoio caloroso e novas contribuições dos teólogos da CRB.

Novos caminhos se abriram. O GRF, com o apoio e o estímulo da Presidência da CRB, se sentiu encorajado a prosseguir o trabalho que lhe foi pedido e está tentando colaborar com os junioristas e formadores dessa etapa fornecendo subsídios para reflexão e ajuda de aprofundamento para a descoberta dos caminhos que levem à maior consistência a nova geração que revela uma forma — também nova — de Vida Religiosa.

O projeto é de publicar pequenos CADERNOS e colocá-los nas mãos de todos que se interessam pelo assunto. Por ora, pretendemos publicar três desses cadernos:

Reflexão Teológica sobre as respostas aos questionários

Reflexão Psicológica sobre as mesmas respostas

Reflexão de Formadores e pistas metodológicas.

Procure acompanhar essas reflexões. Envie suas contribuições, se as tiver. Colabore com o GRF enviando as respostas às questões que lhe forem feitas e incentivando outros religiosos, outras religiosas a fazerem o mesmo.

Pelo GRF

**Pe. Antônio Netto de Oliveira, SJ**

## **JUBILEU DA FRATERNIDADE DAS IRMÃZINHAS DE JESUS**

"Caminhando junto ao povo tentando testemunhar que Deus é Amor", (Irm. Carlos de Jesus).

A Fraternidade das Irmãzinhas de Jesus comemora 50 anos de existência. Foi fundada em 8 de setembro de 1939 pela Irmãzinha Madalena de Jesus, seguindo o caminho traçado por Irmão Carlos de Jesus (Charles de Foucauld) que atento às minorias, foi viver no Saara. Assim, a primeira Fraternidade das Irmãzinhas de Jesus, fiel a seu fundador, nasceu entre os nômades e mais tarde se espalhou ao mundo inteiro.

Em 1953 chegaram as primeiras Irmãzinhas no Continente. No Brasil a

primeira Fraternidade foi entre os Índios Tapirapé, no Mato Grosso, onde permanecemos até hoje, além de estarmos presentes entre os Índios Assurini, no Pará, e também nas periferias de Belém, do Rio de Janeiro e Fortaleza e nos interiores de Minas e Ceará.

Queremos dar graças ao Senhor por estes 50 anos de vida. Que Ele nos mantenha fiéis à intuição inicial do Irmão Carlos no seguimento de Jesus de Nazaré, que a partir dos empobrecidos de seu tempo anuncia o Reino, fazendo-se pobre entre os pobres.

Que possamos estar atentas ao que o Senhor nos pede hoje, colocando nossa vida à serviço deste Reino de Amor, Justiça e Fraternidade. Vem Senhor Jesus!

**A Secretária**

## **XLI CERNE**

O Cerne XLI teve lugar na Terra das Araucárias. Curitiba, a bela capital paranaense, recebeu os cernistas, de 14 de agosto a 29 de setembro de 1989. Desta vez, no recanto aprazível das Irmãs da Divina Providência, no bairro Ahú de Baixo.

Ali, 50 religiosos(as) de 42 a 72 anos de idade, partilharam a riqueza de suas vidas e experiências de seu apostolado desenvolvido nos 13 estados que representavam. Sob a motivação de seus 41 carismas congregacionais, o grupo apresentou idade média de 54,3 anos. Muito bem preparados através de comunicações e circulares, assumiram os 47 dias com a proposta de renovação que o Cerne apresenta nessa etapa da vida.

Na Missa de abertura, tivemos a presença e a palavra de estímulo de Dom Pedro Fedalto, DD. Arcebispo Metropolitano, bem como de membros da Diretoria da CRB Regional de Curitiba.

A Casa, os arredores e as pessoas que nos acolheram, muito ajudaram a todos a desenvolver o programa e as costumeiras atividades do Cerne, apesar de o tempo ter sido bastante frio e chuvoso. Contudo, o tempo ensolarado do dia 31 de agosto permitiu um passeio comunitário à Vila Velha, às Furnas e à Lagoa Dourada.

Diga-se o mesmo do dia 20 de setembro, com o churrasco de confraternização no bosque da propriedade, quando estiveram presentes Ir. Antenesca, Ir. Edwiges e Pe. Edmundo, da Regional de Curitiba. Naquela ocasião houve criatividade e descontração, muita alegria e a apresentação de músicas e cantos das diferentes regiões do Brasil.

Simpática a presença, a atuação e a poesia do gaúcho marista, Ir. Dorval Vieira D'Ávila, ex-cernista e que veio a falecer um mês depois.

Momentos diários de celebração comunitária, a oração pessoal, a orientação espiritual semanal e a apresentação dos carismas congregacionais, tudo favoreceu a animação vocacional e apostólica dos cernistas.

Nesta sessão, contamos com a presença e a experiência de Pe. Patrick Leonard, assessor da CRB Nacional, que trabalhou com o grupo, preparando-o para o exercício da orientação. Naquela manhã, Dia do Religioso, presidiu a Celebração Eucarística da Paróquia

Santo Agostinho, da qual todos os cernistas participaram.

Os conteúdos foram desenvolvidos normalmente e sugestões foram dadas no sentido de melhorar a forma de apresentação e abordagem de alguns. Pode-se dizer o mesmo sobre o Retiro final, pois muitos sugeriram, por escrito, coisas que certamente vêm colaborar para o bom andamento do mesmo.

Os recreios comunitários, aos sábados; os grupos de vivência, às 3<sup>as</sup> e 5<sup>as</sup> feiras; as equipes de serviço e animação; as saídas, aos domingos e dias livres, propiciaram uma vivência comunitária mais simples e mais criativa que ajudou a todos a encontrarem o seu espaço, tanto nos grupos, como no grupo.

O encerramento do XLI Cerne contou com a presença de Ir. Antenesca Michelin, assessora, e de Pe. Edmundo Twomey, Presidente da CRB Regional. Este presidiu a Celebração Eucarística do Envio e animou os cernistas a assumirem a missão com alegria e entusiasmo.

Para 1990, haverá três cernes conforme circular enviada aos Superiores Maiores. E como o primeiro tem início em meados de maio, haverá tempo suficiente para avaliar esta caminhada de 12 anos com mais profundidade, graças à experiência e sugestões de pessoas relacionadas com o Centro de Renovação Espiritual, a fim de que o mesmo continue prestando seu serviço às religiosas e religiosos com mais de 20 anos de profissão.

A Deus e à Boa Mãe agradecemos e entregamos tudo o que aconteceu de

dom, belo e verdadeiro até o presente momento.

## CERNE XLII

Em Fortalêza, realizou-se o XLII CERNE, em lugar aprazível — a Porciúncula — casa das acolhedoras Irmãs Missionárias Capuchinhas, próxima a Messejana, terra natal de José de Alencar. Eram 53 religiosos de 17 estados do Brasil, pertencentes a 44 congregações, sendo 41 irmãs, 7 irmãos e 5 sacerdotes.

Começou no dia 23 de outubro e teve seu encerramento na Festa da Imaculada Conceição, após 8 dias de retiro. O início e o término contaram com a presença de Pe. Brandão Callaman que presidiu as celebrações eucarísticas. Foram 47 dias de convívio e estudo, partilha e oração.

Orientadores e professores animaram os cernistas a dar seu passo cada dia, numa renovação consciente e tranqüila, exigente e libertadora, através de conteúdo atualizado e firme orientação.

O passeio comunitário foi feito no dia 9 de novembro. Pela manhã, o grupo esteve em Canindé. Ali, participaram da Missa do Romeiro, no Santuário de São Francisco das Chagas. À tarde, na Serra de Pacatuba, a Pousada das Andreas, lugar com muito verde e água propiciou momentos agradáveis e repousantes.

Pe. João Edenio Reis Valle, Presidente Nacional da CRB Nacional esteve com o grupo, animando e esclarecendo a todos com a sua palavra sábia, fluente e amiga. Um Cerne em terras do nordeste sempre oferece novidades e riquezas locais aos que vêm do centro-sul: paisagens, alimentação, cultura, arte e costumes. No entanto, a maior riqueza é o seu povo. Sentimos seu valor e o daqueles religiosos e religiosas que o servem, sejam autóctones ou de outras terras.

A presença constante de Ir. Elvira Comin, atual Presidente da CRB Regional de Fortaleza e de sua assessoria, possibilitou um desenrolar tranqüilo de todo o evento. Como já noticiamos, busca-se melhorar a organização do Centro de Renovação Espiritual, sob os mais variados aspectos, a fim de que ele possa atender as solicitações e as exigências de uma formação permanente que responda à altura dos apelos de hoje.

A CRB Nacional espera contar sempre com a confiança das Superiores e dos Superiores Maiores no que se refere ao CERNE e seus objetivos. Que a Virgem Maria, Mãe do Bom Pastor, continue a inspirar-nos pelos caminhos da Nova Evangelização.

**Ir. Daniela Vasconcelos, IJBP**  
Diretora do CERNE

**Ir. Jorge Moreira Ribas, FMS**  
Diretor do CERNE

---

É da natureza dos fantasmas ressurgirem de vez em quando. Ou se enfrentam os fantasmas resolutamente ou eles continuarão assombrando (Pe. Marcos de Lima, SDB).

# ESPIRITUALIDADE DE UMA NOVA EVANGELIZAÇÃO

## PISTAS E SUBSÍDIOS

*Em perspectiva mais explicitamente cristã,  
espiritualidade é a orientação consciente da vida  
da pessoa ou de um grupo humano  
em relação de comunhão com os outros  
e com o Deus de Jesus Cristo, sob a ação do Espírito.*

**Marcello Azevedo S.J.**

João Paulo II convocou-nos a uma nova evangelização na América Latina: nova no *ardor*, no *método* e na *expressão* (1). Estas três dimensões conotam respectivamente nossa *afetividade*, *pedagogia* e *comunicação* ou nossa *motivação*, *operação* e *linguagem*. Os três elementos sublinhados pelo Papa têm grande alcance sobre nós, evangelizadores, em termos da renovação de nós mesmos e de nossa ação apostólica junto ao nosso povo. Tendo presente, porém, o caminho histórico do mundo e da América Latina, bem como o da Igreja no seu conjunto e entre nós, nesses quase cinco séculos, constatamos uma imensa diferença entre o universo da primeira evangelização e o de uma nova evangelização (2). Não nos basta acalentar o entusiasmo; aprimorar as técnicas e adequar a interação. A realidade em que vivemos, com suas falhas e conquistas, distorções e perversões, afirmações e contradições, é complexa e

nos desafia a fundo. *Requer-se*, a meu ver, uma revisão e nova configuração dos *conteúdos* mesmos de uma nova evangelização. Penso, num aos da primeira evangelização (3). Muitos destes conteúdos já se encontram hoje incorporados ao nosso processo pós-conciliar de evangelização e, particularmente, à fase pós-Medellin/Puebla, no continente. Bastaria pensar no dinamismo da reflexão teológica e da ação pastoral entre nós, na criatividade da vida religiosa e no amadurecer do laicato, sob tantas formas, para nos darmos conta de que muito do novo de uma nova evangelização já está vivo e presente entre nós.

Não é aqui o momento de explicitar em pormenor o que me parece deva ser a estrutura interna de uma nova evangelização, em relação breve aceno, que se *requer* uma nova visão antropológica e teológica do ser humano e uma nova visão

e imagem do Deus de Jesus Cristo que devemos anunciar. *Requer-se* uma articulação mutuamente integradora da perspectiva de libertação com a (de inculturação), pervadindo todo o processo da evangelização. *Requer-se* ainda uma consciência de que esta evangelização se faz concreta na América Latina em dois diversos espaços socio-culturais muito complexos. O primeiro é o universo da cultura do povo, marcada pela pobreza e injustiça, pela opressão e violência, impregnadas no tecido mesmo de nossa formação cultural e de nossa realidade e organização social. Nesse universo se encontram primordialmente os que em nossas populações são estruturalmente marginalizados ou de algum modo discriminados. Este é, pois, o espaço dos índios e dos negros, da mulher e do campesino ou, para dizê-lo em uma só palavra que a todos engloba, do pobre. O segundo é o universo da cultura contemporânea. Ela tem sua vertente moderna, da racionalidade técnico-científica, secularizada e ideológica, pluralista e hegemônica. Nela começa a surgir a perspectiva crítica, chamada, às vezes, sem maior precisão, de pós-moderna, ainda incipiente e indefinida, do ponto de vista antropológico-cultural.

Esses dois espaços culturais são abrangentes e mutuamente se comunicam, em termos sobretudo de superposição e conflito. Ambos nos questionam a fundo sobre a configuração de uma nova evangelização para os dias de hoje e do próximo futuro. Finalmente, à luz desses traços maiores de uma nova evangelização, *requer-se* uma *espiritualidade* para vivê-la e implementá-la. Esta

espiritualidade é o objeto deste artigo, tendo presentes os marcos de uma nova evangelização como acima enfatizados.

## Semântica da Espiritualidade

*Espiritualidade* é a orientação dinâmica da liberdade humana em relação à fé. Tanto a liberdade como a fé abarcam a totalidade da pessoa, em si mesma e em sua dimensão relacional a Deus, aos outros seres humanos e à natureza infra-humana. A espiritualidade, pois, concerne a vida e o mais fundamental mesmo da vida em nós.

Numa perspectiva mais explicitamente cristã, a espiritualidade é a orientação consciente da vida da pessoa ou de um grupo humano em relação de comunhão com os outros e com o Deus de Jesus Cristo, sob a ação do Espírito. A espiritualidade é a implementação e tradução do ato de fé na concreta realidade da vida. Ela tem ou encontrará, como de resto toda espiritualidade, suas mediações e expressões próprias, sua estrutura simbólica e sua linguagem específicas.

A espiritualidade cristã fundamental brota do referencial cristológico no Evangelho, com tudo o que ele significa de revelação do mistério do mundo. Articulamos, pois, liberdade e fé, na rede interrelacional desses três mistérios. Captamos de cada um fragmentos de verdade, na certeza de que não alcançamos a *verdade* integral de cada um e de todos três. Mas essa mesma espiritualidade cristã básica do evangelho se refrata nas respostas várias às questões de cada tempo e de cada

espaço, com enfoques distintos e acentos diversos. Com efeito, a espiritualidade emerge do concreto da realidade vivida e, ao mesmo tempo, inspira e orienta as pessoas que a vivem. Por isso, podemos falar de várias espiritualidades, identificar mesmo correntes e escolas de espiritualidade, no contexto amplo e unitário da espiritualidade cristã. Algumas dessas tradições espirituais tiveram mais impacto e longa duração, outras foram curtas e circunscritas em seu alento. Algumas experimentaram descontinuidade em relação às suas intuições de origem, outras, com fluxos e refluxos, conheceram tempos fortes de renovação, em um reencontro fecundo com suas raízes, perdidas por vezes no fluxo e refluxo de turbulências históricas.

A espiritualidade articula de modo digesto o conhecimento teórico das pessoas com a sua sabedoria existencial nutrida pela fé. Neste sentido, a espiritualidade parte do vivido e está nele enraizada, numa fecunda mutualidade que, por si, não tem fronteiras. Podemos sempre ser mais livres e viver melhor a nossa fé, num insuperável crescimento qualitativo destas relações a Deus, aos outros e à natureza, nas quais se tece o cotidiano real da espiritualidade vivida.

### **Espiritualidade de uma nova evangelização**

Tendo presente alguns requisitos básicos de uma nova evangelização, como acima delineados, a espiritualidade que lhe será correspondente deve ser radicalmente *evangélica*,

perpassada pelas dimensões de *encarnação-inculturação, de salvação-libertação, de comunicação-comunhão*. Este tríplice lanço é alicerçado numa espiritualidade de *vida*, para a *vida*, vivida na perspectiva da missão. Esta espiritualidade não contrasta com as tradições espirituais particularizadas, surgidas ao longo dos séculos. Essas enfatizam este ou aquele aspecto na percepção e vivência do Evangelho e, não raro, lastreiam as várias inspirações de vida religiosa e laical na Igreja. Algumas delas conheceram notável elaboração teórica e grande riqueza de expressão simbólica. A espiritualidade de fundo evangélico de que estamos falando não só com elas não conflita, como é e sempre foi para elas uma fonte de constante realimentação e incremento e o pode ser novamente, na perspectiva de uma nova evangelização.

### **Espiritualidade de encarnação-inculturação**

O evangelizador é chamado a traduzir na vida o mistério cristológico original. Deus se faz ser humano sem deixar de ser Deus. Assume a realidade humana assim como ela é (Jo 10, 36), na sua condição de pecado, embora não assuma o pecado (Heb 4, 15). Deus é plenamente Deus no Verbo encarnado, mas abre mão em Jesus da explicitação de sua forma divina (Fil 2, 5-11) e, por aí, a nós se manifesta como plenamente humano. Como nos recorda em seus mesmos termos o Concílio de Calcedônia, temos aqui uma realidade única e insuspeitável, de uma pessoa em duas naturezas, inconfundíveis e imutáveis, indivisíveis e inseparáveis. A tensão entre

as duas naturezas pervade, no entanto, toda a vida de Jesus, todo o Novo Testamento e se projeta na realidade eclesial de todos os tempos.

O evangelizador traz sempre consigo sua forma de origem sua cultura particular, a marca própria de sua Igreja local. Como evangelizador, continuará a ser o que é, mas em sua disposição interior e segundo uma forma de atuação que são voltadas para o destinatário a ser evangelizado, seja ele uma pessoa ou prupo, uma cultura ou sociedade. Esta é precisamente a dinâmica da inculturação, processo evangelizador que se constroi a partir do evangelizando, nos seus termos e segundo a índole de seu ser cultural (4). Só por aí a evangelização não transplantará artificialmente um modelo eclesial, nem construirá uma igreja-reflexo, mas verá surgir uma nova realidade, uma cultura nova por sua animação pelo Evangelho, uma versão inédita da Igreja universal, na identidade particular de uma nova comunidade eclesial.

Como na encarnação do Verbo, a relação fé-cultura será sempre tensionada entre o divino e o humano, pelas exigências de sua correlação e interação. Há um *divino humanizado*, como em Jesus. O conteúdo do dom (de Deus em Jesus Cristo) é por nós acolhido segundo o nosso modo humano de ser (marcado ademais pela concreção de nossa identidade). Procuramos viver o dom na fidelidade a ele, mas experimentamos a incapacidade de esgotá-lo plenamente em seu alcance. Há também um *humano divinizado*. O dom (de

Deus em Jesus Cristo) nos abre para além do puramente humano (relação nova com Deus) e do estritamente individual (relação nova com os outros), vividas ambas na consciente experiência do limite. A dinâmica da espiritualidade de encarnação-inculturação descobre, pois, ao ser humano o sentido de sua vida, a realidade de seu limite e a perspectiva atual e potencial de sua grandeza e crescimento ilimitado.

No contexto da encarnação, é imprescindível intuir também e captar o papel de Maria sob a ação do Espírito. No plano de Deus, ela é feita indispensável para concretizar o mistério: a humanização do Verbo (encarnação-inculturação). E, desta criança, que é a Palavra encarnada e é seu filho, ela se faz, como toda mãe, a primeira educadora. Ela introduz Jesus na peculiaridade de sua cultura e de seu tempo (enculturação-inculturação (5)).

O evangelizador (enculturado em sua própria cultura) se encarna na cultura destinatária. De certo modo, renasce pelo Espírito, como indicara Jesus a Nicodemos (Jo 3, 3-21). Faz-se criança pelo Reino, condição imprescindível para nele entrar (Lc 18, 15-17). Como Jeremias, vai ainda aprender a falar (Jer 1,4-10), mas, agora, no idioma novo da linguagem profético-evangélica.

Uma nova evangelização não se fará sem essa espiritualidade teológico-cristológico-antropológica de encarnação-inculturação. Ela pervade o todo da pessoa evangelizadora e dela faz uma nova criatura (Gal 1, 15-16).

## Espiritualidade de libertação

O sentido e a teleologia da encarnação e a salvação-libertação. Toda a história de Israel se prende à sua experiência de libertação. A vida, a palavra e a ação, mas sobretudo a morte e a ressurreição de Jesus são as muitas facetas do sacramento fundamental e salvífico da libertação total e em todos os sentidos que ele nos veio trazer: redenção do pecado, libertação da opressão, da discriminação, da marginalização, da injustiça, de toda forma de violência à liberdade, que a nós mesmos nos inflingimos como humanos. A opção de Jesus foi clara pelos que precisam de libertação: os doentes, os pecadores, as mulheres, as crianças, os que crêem através de uma religião opressora, os pobres, que a sociedade, a cultura ou a religião reprimem, manipulam, desconsideram.

A libertação que Jesus traz não é a substituição de uma opressão por outra, como tantas libertações humanas na história. A libertação por Jesus é a inauguração de uma liberdade radical. É a recriação da própria identidade humana que tem na liberdade seu eixo central: liberdade em relação a tudo o que é criado e, misteriosamente, em relação também ao próprio Deus, que o ser humano pode afinal aceitar ou rejeitar.

Pela nova evangelização, o evangelizador será testemunha da ação libertadora do Espírito e será também seu colaborador. Há uma redenção do pecado que só pode ser obra exclusiva de Deus: é o dom gratuito de seu perdão, marca sur-

preendente do seu amor. Há, porém, uma necessária transformação das estruturas de pecado, causadas pelos seres humanos e destruidoras do projeto de Deus. Essa é uma forma de libertação na qual podemos e devemos ter um papel ativo e à qual somos convocados pela inspiração fundamental de nossa fé. Essa transformação será responsabilidade e obra dos seres humanos na história, à luz do Espírito e na tradução ética dos pressupostos evangélicos. É fundamental que o evangelizador deixe que a força da morte de Jesus Cristo e da vida nova de sua ressurreição suscitem na pessoa e na cultura a sua (delas) própria nova vida. O evangelizador, no entanto, pode vir a ser tanto um impedimento como instrumento dessa libertação. É indispensável, pois, que ele próprio seja liberto e transparente, para deixar passar a *vida*. A evangelização inculturada não é a morte ou repressão da cultura ou da pessoa. É a sua libertação, do seu limite existencial (cada pessoa e cada cultura é apenas uma entre muitas) e do seu limite moral (formas de desvio, de perversão e de pecado, que se projeta na estrutura socio-cultural). É também a sua libertação para a plenitude da própria teleologia pessoal e cultural (6) e para o seu enriquecimento pela *vida* nova que lhe traz o dom (de Deus em Jesus Cristo).

No quadro desta dimensão libertadora, a espiritualidade de uma nova evangelização inculturada deve situar o exercício da consciência crítica e do discernimento. Eles são essenciais à articulação de fé e vida, à integração de inculturação e liber-

tação, no respeito às exigências de fidelidade a Deus e à humanidade e na autêntica reciprocidade das relações que assim se estabelecem, de nossa comunhão com Deus e entre nós.

O critério da relação libertadora de Jesus à sua própria cultura como a vivência intercultural das comunidades judeo-cristãs e a explícita posição teológica de Paulo em relação às culturas pagãs serão fontes de inspiração para o discernimento subjacente ao processo evangelizador de libertação-inculturada e de inculturação-libertadora.

### **Espiritualidade de comunicação-comunhão**

Toda cultura é um sistema de produção de sentidos e significações, de valores e padrões, subjacentes à ação e comunicação na vida. As relações intra-extra- e interculturais (econômicas, políticas, sociais) são também relações de comunicação. Todo processo de evangelização que aproxima pessoas e culturas diversas estabelece analogamente, por isso mesmo, relações de comunicação, embora, paradoxalmente, se possa eventualmente constituir em uma precária incomunicação. Para haver comunicação requer-se inteligibilidade e sintonia de palavras e expressões, de gestos e sinais, de rituais e códigos, entre o emissor e o receptor. Ambos devem encontrar um repertório comum de significações e sinais (léxico), coordenadas por regras comuns (sintaxe).

O evangelizador, portanto, há de ser pessoa aberta à comunicação. Deve apreender e aprender este con-

junto lexico-sintático e dele se apropriar para viabilizar e estabelecer a comunicação. No plano da evangelização, a comunicação há de produzir-se no espaço cultural do destinatário e não no do evangelizador. Este, portanto, há de ser bilingue, conhecedor consciente de sua própria linguagem cultural e da linguagem cultural do destinatário. A mensagem evangélica, codificada já na linguagem originária do evangelizador, deverá ser recodificada na linguagem destinatária que é a do evangelizando. Pressupõe-se, pois, para a nova evangelização libertadora e inculturada um constante aprendizado das linguagens socio-culturais. Este só se fará num processo *kenótico* de esvaziamento dos parâmetros de dominação, superioridade e ideologia do evangelizador. Mas a recodificação evangélica tampouco se dá sem uma apreensão crítica da própria cultura, de seus limites e perversões, pelo evangelizando, pessoa ou grupo.

Esta comum atitude construtivo-crítica de parte a parte torna possível a comunhão na comunicação. A *inserção* afetiva e efetiva no meio que se evangeliza é também condição fundamental de uma comunicação que leva à comunhão. Esta se constroi a partir do mútuo amor e apreço, da confiança e estima recíprocas. Estas são peças indispensáveis à credibilidade e confiabilidade das pessoas e do processo, sobretudo quando a evangelização questiona os pressupostos culturais e as estruturas sociais, quando ela exige conversão e transformação, que passam não raro pela exigência de rupturas. Em princípio, a comunicação poderia limitar-se à ordem do conhecimento. A comunhão, porém, que

supõe sempre esse plano do conhecimento, leva a comunicação a transcendê-lo e a situá-lo num contexto da afetividade total. Comunhão é amor. Na evangelização, é importante que a verdade se busque, se descubra e se realize no amor. Essa atitude espiritual de comunhão na comunicação deve marcar a espiritualidade no processo de uma nova evangelização. Haverá sempre resíduos culturais incomunicáveis ou impenetráveis; haverá intenções e mensagens que não se conseguem plenamente decodificar. É o momento então de saber ser o *outro* e acolher o *outro*, em uma relação dialogal. Por mais profunda, porém, que seja a unidade na comunhão, o amor, o diálogo e a comunicação supõem sempre alteridade. O conflito pode ser e, em nossa realidade quase sempre é, o preço da alteridade. Mas a intenção sincera de comunicar-se na comunhão pode tender a superar dialeticamente o conflito, em vez de radicalmente exacerbá-lo. Esta é a plataforma indispensável da evangelização inculturada como o é também da perspectiva ecumênica nas relações inter-eclesiais. Ela não exclui, infelizmente, a eventualidade nem sempre contornável da denúncia e confrontação, indicadoras de uma neutralidade impossível face a uma verdade que não pactua ou a uma situação radicalmente incompatível com a mensagem evangélica ou a práxis cristã. O testemunho pode então se tornar martírio, marca cristológica milenar da evangelização na história. Para isso também há de preparar-nos a espiritualidade de uma nova evangelização.

## O lastro de vida na espiritualidade

A articulação *antropológico-teológica* da *encarnação-inculturação, salvação-libertação, comunicação-comunhão*, que está à raiz da espiritualidade de uma nova evangelização, como acabamos de sugerir, faz dessa espiritualidade, como da evangelização, uma portadora de *vida*. Esvaziam-se por aí, ou, pelo menos, se atenuam outros dualismos, como pré-evangelização/evangelização, evangelização direta-promoção libertadora, plano da criação/plano da redenção, natural/sobrenatural, história/escatologia, vida terrestre/vida celeste, sacro/profano, indivíduo/povo, pessoa/comunidade e outros muitos que assinalaram e, não raro, torturaram a caminhada histórico-teológica.

A vida evolui e se concretiza no reconhecimento da diversidade desses pólos e da permanente tensão entre eles. Mas a vida se afirma também na consciência da construção de uma possível unidade e não de uma inevitável ruptura dicotômica. Esta conduz à esterilidade e à morte. Fomentar a vida interior do indivíduo, sem interesse por sua dimensão material e social ou sem a devida atenção a ela, é um modo de introduzir e cultivar um dualismo empobrecedor que asfixia a vida. Jesus é *vida* e veio para que a tenhamos em abundância (Jo 10, 10). É *vida* o Reino que ele anuncia e traz e que com ele nos toca construir sob a ação do Espírito. A grande missão do evangelizador é proclamar e partilhar esta *vida* plena; edificá-la, pela integração em si e nos que são evangelizados, da verdade e do amor, da liberdade e da

justiça. Evangelizar é ainda celebrar esta vida como um serviço de esperança na cultura, na sociedade e em cada ser humano, que se orientam na história para a esperança escatológica. Por aí, dá-se um radical sentido ao todo da vida humana, pessoal ou social, configura-se a vida segundo o evangelho. Isto é evangelizar.

Para passar essa *vida*, é preciso estar dispostos — o evangelizador e o povo ou comunidade que se evangeliza — a perder a vida: vida das respectivas culturas (dos evangelizadores e dos evangelizados) a não serem impostas ou absolutizadas. Este tema da perda da vida volta no evangelho de muitos modos. Ele se realiza plenamente no portador de vida por excelência, Jesus, através de sua morte para a ressurreição.

## Conclusão

Há, portanto, uma gratuidade de fundo em todo o processo evangelizador. É um dar sempre sem espe-

rar retorno. É a economia do *dom* que presidiu à criação, à encarnação e a toda a história da humanidade que é História da Salvação. Esta gratuidade retorna na inculturação, na libertação e na comunicação. Ela é o cimento da comunhão. É a *vida* que se dá sempre sem se esgotar, na plena dinâmica do amor gratuito.

Esta é propriamente a *missão* do evangelizador, como o foi a de Jesus. Por isso, em síntese, vejo esta espiritualidade de uma nova evangelização como uma espiritualidade profundamente enraizada na *missão*, por ela inspirada e moldada, justificada e impulsionada. Uma espiritualidade que se nutre da centralidade da missão de Jesus e de sua tradução continuada na missão eclesial, através de todos nós. A esse esforço apostólico somos convocados pelo Espírito, para uma nova evangelização de nós mesmos, de nossos irmãos e irmãs, de nossas Igrejas e comunidades, nessa vertente de milênio em nossa América Latina.

## NOTAS

### (Art. Espiritualidade de uma nova evangelização.

#### Pistas e subsídios)

Marcello Azevedo S.J.

(1) O tema de uma **nova evangelização** foi lançado por João Paulo II a 9 de março de 1983, em um discurso ao CELAM, em Port-au-Prince, Haiti (AAS 75 (1983) 771-779. Foi retomado, especificamente para os religiosos e religiosas da América Latina, quando o Papa recebeu em audiência a Diretoria da CLAR, em 1986, na Nunciatura Apostólica, em Bogotá, Colômbia. Parte deste texto é particularmente importante para a perspectiva da espiritualidade da nova evangelização: "É imenso o potencial evangélico e eclesial que a vida religiosa

desenvolveu na evangelização da América Latina... Convém recordar a responsabilidade que incumbe aos religiosos nesta nova evangelização do continente... Escrevei novas páginas de santidade e de entrega ao vosso ideal evangélico... Escrevei com a vossa vida o Evangelho de Jesus nesta terra e nesta época..." (L'Osservatore Romano, 13.07.1986, p. 4). (2) Chamarei aqui **nova evangelização** o processo evangelizador que, na consciência eclesial atual na América Latina, procede de pressupostos teológicos e pastorais que

contrastam com o que pode ser chamado, de um modo global, **primeira evangelização** no continente. Historicamente, a primeira evangelização iria do início da colonização até o Concílio Vaticano II. (3) Apesar das modificações e transformações que se operaram no longo período caracterizado como **primeira evangelização**, há um fio condutor da reflexão teológica, da prática pastoral e da concepção espiritual da vida cristã que aí permanece basicamente inalterado e normativo. Há elementos de continuidade entre a primeira e a nova evangelização, mas há rupturas e descontinuidades fundamentais. Outros artigos neste número e muito do presente trabalho explicitam precisamente esses pressupostos e conteúdos da nova evangelização. (Ver AA.VV. **Nova Evangelização e Vida Religiosa no Brasil**, Rio de Janeiro, Publicações CRB, 1989: ver especialmente o capítulo de F. Taborda S.J., "Nova Evangelização e Vida Religiosa", pp. 51-171). (4) Vamos tomar **cultura** não primariamente no sentido humanista (desenvolvimento do espírito humano ou sua atuação sobre a natureza) ou etnológico (o grupo étnico). Por um ângulo antropológico-cultural, entendo **cultura** aqui sobretudo como o conjunto de sentidos e significações, de valores e padrões, incorporados ou subjacentes aos fenômenos perceptíveis de ação e comunicação de um grupo humano ou sociedade concreta. Para uma discussão desta conceituação de cultura, ver Marcello Azevedo, **Comunidades Eclesiais de Base e Inculturação da Fé**. S. Paulo, Ed. Loyola, 1986. Esta acepção de cultura se aplica não só às macroculturas e aos grupos étnicos ou nacionais, mas também às microculturas (bairro, minorias), às subculturas e/ou culturas organizacionais (em

presas, ordens religiosas, grupos definidos no interior de uma cultura) e as culturas transculturais (hoje, p. ex., a cultura do jovem, da mulher, do negro, do indígena, que se caracterizam por elementos ou sensibilidades comuns, que se sobrepõem às suas particularidades culturais locais). A evangelização deve ser inculturada e libertadora em relação a todas estas formas de **cultura**. (5) **Enculturação** é o processo de introdução de uma pessoa à sua própria cultura. Todos somos iniciados em nossa cultura por nossa família, escola e por instituições civis e religiosas. É um conceito antropológico, que corresponde ao termo da psicologia social: **socialização**. **Inculturação**, conceito teológico de fundo antropológico, é o processo de evangelização pelo qual a vida e a mensagem cristãs são assimiladas por uma cultura (grupo humano) de modo que não somente elas se expressem através dos elementos próprios da cultura (ver acima nota 4), mas venham a constituir-se também princípio de inspiração, a um tempo norma e força de unificação, que transforma, recria e relança essa cultura (Pedro Arrupe). Ver Marcello Azevedo, "Evangelização, Inculturação e Vida Religiosa", em **Convergência**, 23/209 (1988) 33-46. (6) Tanto a pessoa, como, em princípio, também a cultura, se orientam fundamentalmente para o bem do ser humano, individual e social. Esta é a sua teleologia. As muitas formas de limites, desvios, de pecados e perversões, prejudicam, desorientam ou bloqueiam essa teleologia. Restabelecê-la, a partir de um processo construtivo-crítico de discernimento sobre a cultura que se evangeliza, é um dos elementos fundamentais de uma evangelização inculturada e libertadora. Ver M. Azevedo, o.c. na nota 3, cap. V. □

---

*Evangelização* não é uma palavra que diz coisas. É um fato já realizado e atuante. É expressão da verdade feita. Antes de ser transmissão de mensagem verbal é concretização existencial.

# FORMAÇÃO PARA A MISSÃO, HOJE

*Formação que vise ajudar a desenvolver a maturidade e o equilíbrio afetivo dá maiores garantias que os missionários possam corresponder às expectativas que temos em relação a eles em vista da missão.*

**Pe. Alberto Garuti**

Quando falamos em formação para a missão, é preciso ir ao essencial. É preciso que nos perguntemos: "Qual o aspecto da personalidade que o formador deverá ajudar a desenvolver em primeiro lugar, nos futuros missionários?", ou, mais sinteticamente: "Qual a prioridade na formação dos missionários?"

Nas páginas seguintes vamos refletir um pouco sobre como enfren-

tar essa tarefa do ponto de vista psicológico. Dizer que o enfoque é psicológico não quer dizer excluir os outros enfoques na formação, como o espiritual ou o teológico. Quer dizer, simplesmente, refletir sobre como enfrentar todos os desafios da formação missionária a partir do homem, das suas potencialidades, das necessidades, das suas falhas.

## **A) O OBJETIVO PRIORITÁRIO: A FORMAÇÃO PARA A MATURIDADE**

A missiologia destes anos pós-Vaticano II frisou que é muito importante na missão, hoje, ter a capacidade de dialogar, de colocar-se no lugar dos outros, de compreendê-los, de descobrir tudo o que de bom e válido existe neles, tanto a nível de cultura como de pessoas, de transmitir aos outros a impressão

que eles são aceitos como eles são e que eles são amados assim, pelo que eles são. Tudo isso antes de todo e qualquer anúncio.

A psicologia nos diz que os traços descritos acima são justamente os mais importantes para caracterizar uma pessoa afetivamente equil'

brada e madura. A psicologia nos diz também que a maturidade e o equilíbrio afetivo são condições essenciais para que uma pessoa possa enfrentar um estilo de vida que implica sacrifícios e renúncias com menores riscos de crises e desistências.

Portanto, a missiologia e a psicologia nos dizem que uma formação que vise ajudar a desenvolver em primeiro lugar a maturidade e o equilíbrio afetivo nos dá maiores garantias que os missionários de amanhã, no ano 2000, possam corresponder às expectativas que temos em relação a eles em vista da missão.

É claro que se trata de objetivo prioritário e que o objetivo prioritário não é tudo. Muita outra coisa faz parte da "bagagem" do missio-

## B) ALGUMAS TENDÊNCIAS NA FORMAÇÃO

A ação de todo formador sempre foi regida por alguns princípios básicos. Os mais gerais dentre eles dizem respeito ao papel recíproco de formador e formandos. A maneira diferente de conceber os papéis de um e dos outros caracteriza as várias tendências pedagógicas que orientaram e orientam a formação religiosa.

### 1) O autoritarismo na formação

Segundo esta tendência, o protagonista da formação é o formador, e sua atuação é entendida até no sentido de "forjar", exatamente como a ação do ferreiro que consegue dar ao ferro todas as formas que ele quer. Podemos imaginar o autoritarismo assim, "grosso modo", regido por estes princípios:

nário de amanhã: preparo cultural, valores espirituais e evangélicos, capacidades e aptidões...

A maturidade e o equilíbrio afetivo funcionam como "recipientes" de todos esses requisitos. Sua importância prioritária deriva desta constatação: um indivíduo maduro e equilibrado saberá aproveitar e fazer render ao máximo tudo o que ele receber como fruto de sua formação, e ainda por cima, terá mais facilidade para desenvolver um contato rico, do ponto de vista humano, com os outros. O contrário se dá com os imaturos.

Mas nem sempre os formadores raciocinaram assim. Pode ser que hoje também alguns não raciocinem assim.

*"É o formador que forja o formando"*

Se for assim, cabe a ele traçar o programa da formação. Do rígido cumprimento do mesmo programa dependerá o crescimento do formando. Outro princípio formativo está sempre associado a este:

*"É importante fazer com que o formando repita certos atos inúmeras vezes para que um dia ele os execute com facilidade, quase espontaneamente"*.

Grande parte da formação religiosa tradicional pré-conciliar se baseava nestes princípios. Isso explica a preocupação dos formadores para que os formandos, por exemplo:

repetissem, durante anos, todos os dias, às mesmas horas, as mesmas orações;

respeitassem todos os dias uma série de normas impostas de cima, como o horário comunitário e todas as disposições que diziam respeito ao que se podia e não se podia fazer;

levassem uma vida "espartana" para se habituarem às dificuldades e à austeridade da vida sacerdotal e missionária.

O objetivo era que, no final dos anos de formação, tudo isso fosse aprendido e realizado fácil e espontaneamente. Num modelo de formação como este, alguns formadores assumiam mais o papel de "treinadores", preocupados quase exclusivamente com a observância do programa, outros, o de "papai", mais preocupados em premiar a comunidade, quando o programa era observado fielmente, com passeios, por ex., que eles programavam, filmes que eles escolhiam ou jogos e torneios que eles incentivavam.

Contudo, a atuação do formador dependia sempre destes enfoques comuns:

O programa formativo era sempre preparado pelo formador; ele fixava o que devia ser feito, como devia ser feito e quando. Ele determinava os pormenores da vida da comunidade.

Tudo isso porque ele sabia melhor que os formandos quais eram os atos que, repetidos inúmeras vezes, seriam aprendidos com facilidade pelos formandos. Esses atos eram julgados essenciais no compor-

tamento exterior do futuro religioso ou religiosa ou padre.

A avaliação de toda ação formativa também dependia inteiramente do formador.

Os resultados de certas pesquisas psicológicas e até mesmo a observação da realidade davam fundamento a estas teorias. Afinal, tinha-se conseguido ensinar aos ratos a aprenderem o caminho do labirinto, rumo à comida, através da repetição do percurso do labirinto, e do estímulo do queijo, uma vez cumprida a tarefa; os cavalos, depois de muito treinados a pularem os obstáculos.

Até mesmo entre os homens isso funcionava: os esportistas conseguiam atingir suas melhores atuações através de treinamento intensivo onde a repetição de certos atos, de forma até exaustiva, e no modo mais perfeito possível, era essencial.

Então a afirmação que a repetição de certos atos ajuda o sujeito a repeti-los com maior facilidade pode ser verdadeira, se for referida a animais, e a homens também, mas só se se tratar de ações que exigem precisão de execução e rapidez de reflexos. Basear grande parte da educação nestes princípios mostra uma visão reducionista do homem, que é visto como um ser que pode ser condicionado. O condicionamento acaba tornando-se o princípio em que se baseia esta tendência formativa.

Mas se os princípios expostos tinham, para os formadores, certa importância, todos sentiam que eram insuficientes na formação religiosa e presbiteral considerada globalmente. Que fossem úteis na forma-

ção dos hábitos ninguém duvidava. Mas os hábitos nunca foram os únicos objetivos da formação. E os valores da vida cristã, religiosa e presbiteral? Quanto a isso, outro princípio gozava de muita importância na formação:

*“Quanto mais uma verdade for explicada de forma clara e distinta, e quanto mais sobre ela o formando refletir, mais facilmente poderá ser assimilada e posta em prática pelos mesmos formandos.”*

Isso revela uma visão excessivamente racionalista do homem e uma fé inabalável nas possibilidades da razão humana. Este princípio, combinado com os precedentes, nos leva a entender o porquê da grande importância atribuída à sucessão de atos como instruções, leituras espirituais, meditações, retiros, sermões, etc., escolhidos pelos formadores e apresentados aos formandos para serem realizados. Com tantas ocasiões oferecidas para um real progresso na virtude, eventuais fracassos só podiam ser atribuídos aos formandos que tinham desperdiçado todas essas ocasiões de crescimento na vida espiritual.

Não há dúvida de que, para este princípio também, como para os precedentes, existem motivos que o fundamentam, e até mais sérios para este que para os outros. Afinal, certas verdades e certos valores podem ser compreendidos e aceitos só pela razão. Esta afirmação, contudo, pode ser incompleta se ela não levar em consideração a inteira realidade da pessoa humana, se esquecermos a dimensão afetiva da pessoa, em seus aspectos conscientes e inconscientes.

Isto é, uma visão excessivamente racionalista da pessoa pode levar a pensar que o essencial para transmitir certos valores é saber expô-los de maneira clara e distinta, para que possam ser assimilados facilmente pelo intelecto. Esta visão pode fazer com que se esqueça que as barreiras mais fortes e as resistências maiores para a assimilação e aceitação dos valores não são de ordem intelectual. Não é a falta de clareza de quem fala destes valores nem a falta de vontade de pô-los em prática por parte de quem ouve que constitui a barreira mais forte para a sua realização, e sim, são as resistências de origem afetiva, o mais das vezes inconscientes, por parte daqueles a quem estas instruções são dirigidas.

O sujeito erige barreiras à penetração de certas idéias, barreiras das quais muitas vezes não tem conhecimento, porque ele precisa conservar certa imagem de si, fictícia mas importante para sua segurança e essencial para sua sobrevivência.

Como conseqüências dos primeiros princípios, chegamos a este:

*“O formando se torna assim um sujeito passivo e meramente receptivo da própria formação”.*

Com efeito:

as normas institucionais são apresentadas de forma impositiva e sempre vindas “de cima”;

as decisões que se referem ao planejamento das atividades que interessam diretamente aos formandos não são tomadas comunitariamente;

os legítimos interesses dos formandos não são levados em consi-

deração, suas idéias e opiniões frequentemente são censuradas;

os "desvios" são julgados unilateralmente e punidos, e nesse caso o julgamento do formador é inapelável;

muitas informações não são fornecidas aos formandos sob o pretexto de sua incapacidade para julgar retamente.

Geralmente o comportamento autoritário do formador gera hostilidade no educando e inibe sua criatividade. O formando não se sente considerado como pessoa, não se sente valorizado e sente que não goza da confiança dos formadores. Assim, ele se fecha num comportamento em que, muitas vezes, aceita passivamente as ordens recebidas e as transgredir, quando ele compreende que pode fazê-lo sem perigo.

Ainda que, aparentemente, ele aceite tudo e se esforce de comportar-se conforme às orientações recebidas, esta fachada exterior está destinada a ruir ao primeiro aparecimento de dificuldades que mexam a fundo com sua problemática, quase sempre inconsciente, ainda não resolvida.

Excetuados alguns casos, como já vimos, em que se trata de aprendizagem de habilidades puramente manuais e de exercícios físicos, e excetuadas situações particulares de emergência, de perigo físico ou de dissolução do grupo, e que justifiquem uma intervenção autoritária, é preciso reconhecer que a atuação de um formador autoritário "não é formativa" em relação aos verdadeiros objetivos da formação: crescimento

da pessoa, maturidade, equilíbrio emocional. Podemos concluir dizendo que o autoritarismo:

pode suscitar reações de revolta do formando em relação ao formador;

não ajuda o formando a desenvolver todas as suas potencialidades;

deixa o formando em situação de dependência do formador;

não o ajuda a resolver os seus problemas, geralmente inconscientes, ainda não resolvidos e até pode contribuir a torná-los mais graves;

seus efeitos positivos, geralmente, são de curta duração e limitados.

#### *a) Algumas questões relativas ao autoritarismo*

Poderíamos demorar mais um pouco sobre certos aspectos da formação ligados ao autoritarismo. Por ex., poderíamos considerar os dois seguintes:

#### *— o paternalismo, variante do autoritarismo*

Como já foi acenado antes, o paternalismo deixa o sujeito passivo em relação à sua formação, mas dele se diferencia pelo fato de tentar esconder a onipotência do formador atrás da aparência bondosa de quem de vez em quando oferece "presentes" à comunidade (jogos, passeios, filmes etc.), especialmente quando a comunidade se comporta bem. É o comportamento do pai com os filhos pequenos. A reação imediata do formando pode ser favorável, mas pode transformar-se em revolta mais tarde, quando ele compreender que

através destes "presentes" os formadores queriam conservá-los numa situação de dependência infantil.

— *Uma instância da personalidade freqüentemente ignorada pelos que lidam com formação religiosa: o inconsciente*

Como acabamos de ver, os problemas não resolvidos em épocas passadas e que permanecem, a nível inconsciente, como traumas ou necessidades da pessoa, influem no comportamento dela e podem se tornar barreiras que dificultam a vivência de determinados valores que são essenciais na vida religiosa.

Geralmente a nossa formação, que teve uma forte componente filosófica, tende a valorizar o aspecto racional do homem e dar menos importância da que mereceriam os problemas do inconsciente, os quais, inclusive, por sua ligação com certas teorias psicológicas, são vistos muitas vezes com suspeita em nosso ambiente. Mesmo que não concordemos com tudo o que Freud ou outros autores dizem do inconsciente, de suas leis e mecanismos, não podemos negar a influência do inconsciente no comportamento. Infelizmente a maioria dos formadores não o levam em consideração.

A existência de tais problemas no formando pode prejudicar o trabalho formativo. Na maioria das vezes, quando existem problemas a este nível, existe também uma incompatibilidade entre os valores declarados por pessoas que entraram na vida presbiteral ou religiosa, como, por ex., o desejo de servir a Deus e aos irmãos, de dedicar-se aos pobres, e as reais necessidades inconscien-

tes destas pessoas que podem estar em contraste com os valores declarados, e que podem ser, por ex., necessidade de segurança, de fuga da competição, de sucesso, de dominação, etc.

E assim pode acontecer que uma pessoa declare querer dedicar-se totalmente a Deus e renunciar ao mundo e a profissões profundamente gratificantes e remunerativas e que realmente esteja convicta disso. Mas o verdadeiro movente de todas as suas ações, embora disso não tenha consciência, pode ser uma necessidade de fuga de toda competição, de criar um ninho onde sentir-se mais segura.

Ou pode acontecer também que uma pessoa diga acreditar firmemente no valor da obediência para a vida religiosa e que, conforme a esse valor, assuma atitudes autoritárias exigindo obediência cega das pessoas a ela subordinadas. Esta pessoa poderia estar convicta da retidão de seu pensamento e da sua ação. Mas poderia também existir nela uma necessidade inconsciente de afirmação pessoal acompanhada de um sentimento inconsciente de inferioridade, que deve ser silenciado através de uma atitude oposta, autoritária, porque se ela viesse à tona, poderia ameaçar a inteira personalidade dela.

E assim, enquanto a pessoa não for levada a conhecer e a "desmascarar" esses sentimentos inconscientes, eles poderão interferir e tornar vã toda ação formativa. Mas a ação destes problemas ou necessidades inconscientes, em contraste com os valores conscientemente assumidos, pode ser explicada melhor e mais

concretamente dizendo que tudo o que estes indivíduos ouvem e aprendem (em meditações, retiros e leituras) é por eles aceito e assimilado através do filtro de suas necessidades inconscientes e insatisfeitas, e na medida em que lhes é útil para melhor controlar, ou satisfazer, essas necessidades. Quanto mais profundamente a necessidade for reprimida, tanto mais ativamente o filtro funciona.

Por ex., uma pessoa com necessidade inconsciente de afirmação pessoal, eleita para um cargo de responsabilidade numa congregação, terá a inclinação de entender tudo o que ela ler a respeito de "obediência" de uma maneira bem diferente de outra pessoa eleita para o mesmo cargo que tiver uma necessidade inconsciente de aceitação social, ou de outra, equilibrada e madura.

O "filtro" na primeira pessoa agirá de maneira a levá-la a entender tudo o que ela ler como se fosse uma justificação para o seu autoritarismo, na segunda poderá agir para levá-la a justificar seu permissivismo; a terceira, madura e equilibrada, conseguirá entender o que ela lê para fundamentar suas atitudes democráticas.

Com efeito, no caso das pessoas maduras e equilibradas, cuja opção por uma vida de total dedicação a Deus não oculta necessidades inconscientes, retiros, meditações e instruções contribuem para um real crescimento no sentido de uma maior objetividade na vida presbiteral ou religiosa. Dizer tudo isso equivale a dizer que o formador que não ajudar o formando a superar esta problemática inconsciente, se ela exis-

tir, está permitindo que seja bastante reduzida a eficácia de seu trabalho. Isto acontece especialmente no modelo autoritarismo.

## 2) O permissivismo na formação

Como reação aos excessos do autoritarismo que dominava nossos ambientes eclesiais de formação é sob a influência de novas teorias sociológicas e psicológicas, desenvolveu-se uma tendência exatamente oposta, nos anos que seguiram o Vaticano II. Nela inverteu-se, em relação à tendência anterior, a importância dada, respectivamente, aos papéis de formando e formador. Essa tendência, também, pode ser imaginada como se fosse regida por certos princípios. Eis alguns:

*Ao formando é dada confiança total, ele é considerado capaz de crescer à condição de não ser obstaculado por intervenções externas, diretivas.*

Em conseqüência disso tendeu-se a abolir todas as formas diretivas externas e se instalou um clima de "laissez-faire". A comunidade formativa se tornou o único critério para saber o que se podia ou não podia fazer e o único critério para avaliar o comportamento de todos os membros e de cada um deles.

*O formador acaba tornando-se mais um entre os membros da comunidade.*

E isso pode levar a um vazio de poder com possibilidade que se chegue a uma situação de anarquia (cada um faz o que acha melhor e a comunidade avaliza tudo) ou a uma situação em que a comunidade

se organiza e passa a decidir *tudo* através do voto expresso nas assembleias que, nos casos negativos, podem ser manipuladas facilmente pelos mais ativos e empreendedores da comunidade.

Pode-se chegar a situações em que o parecer do formador vale exatamente quanto o parecer de um dos membros da comunidade.

*Esta tendência dá uma falsa impressão que o formando seja sujeito ativo de sua formação.*

De fato, é possível cair na situação de autoritarismo por parte de um grupo pequeno da comunidade. Esta tendência mostra uma confiança excessiva no formando que é considerado capaz, sozinho ou em comunidade, com o mínimo de intervenções externas por parte dos formadores, de chegar a conseguir os objetivos de sua formação.

Ela não leva em consideração o fato de que, em muitas ocasiões, a ajuda de uma pessoa externa à comunidade é indispensável para que o formando possa superar certos traumas ou problemas, especialmente se eles forem inconscientes. Ela também não estimula suficientemente o envolvimento de todos os formandos no processo formativo, pois facilita o aparecimento de falsos líderes que podem tomar o lugar dos formadores.

Por isso chegamos à conclusão de que os efeitos do permissivismo podem ser: ou uma ilusão de falso crescimento que não supera as primeiras dificuldades, ou acabam sendo iguais aos do autoritarismo sem as poucas vantagens do mesmo.

### 3) A formação democrática, participativa

Foram descritas algumas situações extremas de autoritarismo (com a variante do paternalismo) e de permissivismo. Comunidades em situações tão radicais como as que foram descritas dificilmente se encontram na realidade em nossos dias. Podem encontrar-se, contudo, comunidades formativas ainda hoje, que, sem chegar aos extremos descritos, são regidas, pelo menos, segundo alguns dos princípios dos quais falamos. Mas existem outras possibilidades no campo da formação.

Sabe-se que: é fazendo que a gente aprende a fazer; quanto mais a gente se envolve com todas as suas forças e capacidades (inteligência, imaginação, criatividade, interesse, entusiasmo) em alguma atividade, e quanto mais a gente se sente responsável pelo que está fazendo, tanto mais se sentirá motivada e estimulada em sua ação; quanto mais souber agir compartilhando com os outros suas atividades, tanto mais aprenderá a acreditar em si e a respeitar os outros.

São estas as premissas que explicam como uma nova tendência formativa começou a ter muita receptividade em nossos ambientes religiosos, especialmente da América Latina, que viam muita afinidade entre os objetivos desta tendência e as opções prioritárias de comunhão e participação. Segundo esta nova concepção formativa, apresentam-se claramente os objetivos da formação aos formandos, os quais participam ativamente com os formadores do planejamento dos meios e dos mo-

dos para atingir esses objetivos, sentem-se co-responsáveis na execução do que foi planejado e tomam parte ativa, junto com o formador, na avaliação do comportamento, próprio e da comunidade.

Esta nova tendência no campo da formação também pode ser concebida como tendo por base alguns princípios:

#### *O formando - sujeito ativo de sua formação*

É importante que ele se sinta protagonista da própria formação. Ele intervém no processo de sua formação através de opções determinadas, tomando parte do planejamento e na execução de sua atividade e na avaliação de seu comportamento.

Ao mesmo tempo ele se abre com os seus formadores num clima de confiança e de estima recíprocas para que esse diálogo possa facilitar o conseguimento dos objetivos da formação.

Ele é estimulado a assumir os problemas da comunidade formativa em que vive e a sentir que o bem da comunidade depende também de sua participação livre e espontânea.

Ele é estimulado a interessar-se pelas comunidades que vivem ao redor, evitando assim transformar a comunidade formativa numa ilha totalmente separada da realidade social em que está inserida.

#### *O formador também toma parte ativa na formação*

Com efeito ele: Estimula a participação de todos para que juntos

consigam chegar aos objetivos comuns. Motiva a todos para que cada um assuma suas responsabilidades. Indica novas experiências, estimula a intervenção criativa nos formando em atitudes que depois serão avaliadas comunitariamente.

Quando o formando se afastar dos objetivos da comunidade, em lugar de repreendê-lo diretamente, ele cria condições para que, no diálogo, seja levado a refletir sobre as conseqüências que seu comportamento poderá ter para si e para a comunidade e o estimula a novas escolhas, baseado neste exame da realidade.

Em todo caso, o papel importante do formador é o de levar o formando, através do diálogo, à compreensão da situação em que ele se encontra e à aceitação de sua pessoa com seus defeitos e virtudes e ao conhecimento em profundidade, pouco a pouco, de si mesmo, para ajudá-lo a descobrir as motivações inconscientes e fictícias (algumas pelo menos) que o tinham levado a determinadas escolhas.

Falando em diálogo, queremos especificar que não entendemos diálogo em sentido geral, e sim, queremos falar de um tipo especial de diálogo que hoje se chama "interação educativa" ou "comunicação pedagógica". Ele visa levar as pessoas a penetrarem mais em si mesmas, a derrubarem pelo menos algumas das barreiras que impedem o indivíduo de se conhecer melhor.

A formação portanto atinge seus objetivos graças também a um determinado tipo de relacionamento entre formando e formadores. Di-

versos "conteúdos" ou "instruções" são recebidos pelo formando em seu verdadeiro sentido; sem "filtros", quando ele e o formador se procuram e se encontram através desse diálogo em que ambos os lados se sentem aceitos e valorizados e se percebem atuando como pessoas autênticas.

Disso falaremos um pouco mais em seguida.

*A própria comunidade pode tornar-se assim fator de crescimento para cada um de seus membros.*

Acima de tudo, na formação participativa, papel essencial de formador e formandos é o de ajudar a criar um clima de autêntica fraternidade na comunidade; para isso é essencial a autenticidade de todos, juntamente com o respeito para com as idéias e o comportamento de cada um. Com efeito, esse clima e a certeza de poder dizer sempre o que se pensa sem o medo de perder o respeito da comunidade ou de ser "rotulado" desta ou daquela forma, são requisitos essenciais para cada um se sentir aceito, valorizado e compreendido pela comunidade e isto, por sua vez, é requisito essencial para que cada um possa se aceitar, compreender, corrigir; enfim, é o re-

quisito para cada um poder crescer e amadurecer.

A comunidade melhor, aquela que influi mais no crescimento de cada indivíduo, é aquela que dá a sensação a cada membro de ser compreendido e aceito; em poucas palavras, de sentir-se valorizado ao máximo. Parece ser este o caminho que leva mais facilmente, através da comunidade, a um verdadeiro crescimento e a uma verdadeira maturação da personalidade.

Poderíamos resumir assim os efeitos da formação participativa:

o diálogo, vivido continuamente, ajuda a pessoa a penetrar mais em si mesma e facilita a demolição de algumas das barreiras que a pessoa ergueu em sua defesa;

o clima de aceitação comunitária aumenta a confiança em si mesmo. Através desse mesmo clima e do diálogo contínuo alguns dos problemas inconscientes começam a desaparecer;

o envolvimento pessoal ajuda a desenvolver as potencialidades individuais;

a participação de cada um na vida da comunidade ajuda a desenvolver o sentido da co-responsabilidade e da sociabilidade.

## **C) OS RESULTADOS DE ALGUMAS PESQUISAS**

O que foi afirmado até aqui é confirmado pelos resultados de algumas pesquisas que foram feitas nos Estados Unidos e na Europa, para estudar a personalidade de seminaristas, religiosos e padres e a influência da formação em sua personalidade.

### **1) Observações gerais sobre as pesquisas**

Citamos aqui as pesquisas de Luigi Rulla S. J. e equipe, feita nos Estados Unidos, de Baars e Terruwe nos Estados Unidos e Europa Ocidental, e a de Kennedy e Heckler,

feita novamente nos Estados Unidos (1). Todas elas foram feitas, mais ou menos, na mesma época: década de '60 e começo da década de '70.

A mais importante foi a de Rulla, que examinou cerca de 700 indivíduos que estavam começando a vida religiosa em várias congregações, masculinas e femininas, ou que estavam ingressando em algum seminário diocesano. O exame, que se compunha de várias entrevistas, questionários e testes de personalidade, foi repetido respectivamente 4 e 8 anos depois com aqueles alunos, entre os 700 iniciais, que tinham permanecido na vida sacerdotal ou religiosa.

Esta pesquisa ganhou o prêmio da Comissão Internacional de Psicologia Religiosa Científica em Bruxelas, em 1976, sendo considerada "a contribuição mais importante dos últimos 7 anos para o estudo da dinâmica intrapsíquica do processo de entrada e de abandono da vida religiosa".

Sem descer a pormenores, podemos dizer que os resultados destas pesquisas, "grosso modo", coincidem:

cerca de 10 a 15% dos indivíduos estudados entraram na vida religiosa depois de ter tomado uma decisão madura e influenciada efetivamente pelos valores evangélicos por eles declarados;

cerca de 60 a 80% dos indivíduos estudados tinham atitudes e necessidades inconscientes que contrastavam com os valores evangélicos

por eles declarados. Esses valores, conforme eles declararam, teriam influenciado seu ingresso na vida presbiteral e religiosa, mas de fato esse ingresso foi influenciado mais pelas necessidades inconscientes, como, por ex., as de dominação, de autopromoção e sucesso, de falta de confiança em si, como foi comprovado pelos exames feitos durante as pesquisas;

o resto dos indivíduos testados apresentava problemas psicológicos ainda mais sérios, que faziam pensar numa total imaturidade afetiva.

Isto é, na população dos que abraçaram a vida religiosa e sacerdotal, poucos (de 10 a 15%) podiam considerar-se pessoas equilibradas e maduras; a maioria (de 60 a 80%) apresentava problemas inconscientes que podiam obstacular mais ou menos gravemente seu crescimento e progresso, tanto em sua maturação do ponto de vista afetivo como em sua vida espiritual; e uma pequena fração apresentava problemas psicológicos ainda mais sérios de ordem mais psiquiátrica que psicológica.

Destes dados podemos tirar algumas conclusões:

É possível que os dados estatísticos citados tenham valor também para religiosos e religiosas de culturas que foram influenciadas pela cultura européia ocidental e americana. Seria o caso de religiosos da América Latina.

O Pe. Rulla não fala especificamente dos métodos formativos seguidos em cada congregação ou seminário pesquisados. Sabendo que a pesquisa começou quando o Vat. II estava terminando, pode-se supor

que se tratasse de métodos formativos tradicionais ou, quando muito, das primeiras tentativas de renovação.

Os problemas inconscientes não resolvidos, constatados no início da caminhada vocacional, tendem a permanecer durante os anos de formação. Isso foi constatado ao reexaminar, 4 ou 8 anos depois, os que não tinham abandonado a vida religiosa ou presbiteral.

Os mesmos problemas dificultam a assimilação e a vivência de muitos valores evangélicos, como foi evidenciado pelas mesmas pesquisas.

A nossa formação portanto (falamos de formação tradicional e das tentativas de renovação que imediatamente seguiram o Vaticano II) deixa intactos e não resolvidos os principais e mais sérios problemas da personalidade dos que ingressam na vida religiosa. Essa formação, especialmente a tradicional, é feita levando em consideração a hipótese de que todos sejam maduros e capazes de assimilar e viver os altos ideais que nós apresentamos. Daí conclui-se que grande parte do discurso formativo pode transformar-se num diálogo entre surdos.

As pesquisas apresentam a possibilidade de que, a maioria dos que entram na vida religiosa, não tenham condições de nela continuar, a não ser que no processo formativo se leve em consideração esta situação em que se encontram em geral os formandos e se lhes ofereçam os meios aptos para superá-la. É nesta categoria de pessoas que se verifica a mais alta percentagem de abandono.

Daí: ou solucionamos melhor os que entram na vida religiosa (mas esta solução apresentaria muitos outros problemas) ou nos propomos de verdade a achar meios e métodos formativos que sejam verdadeiramente eficazes para todos.

## 2) Outros dados das pesquisas

A pesquisa do Pe. Rulla pelo fato de que foi repetida duas vezes, com intervalos de quatro anos e, em alguns casos, com intervalos menores, sobre os mesmos indivíduos, apresenta outros dados interessantes:

A percentagem das pessoas, inicialmente imaturas, consideradas amadurecidas do ponto de vista do equilíbrio afetivo depois de 4 anos de formação, não chega a 10%.

Uma percentagem maior (de 30 a 40%) adquiriu, durante esses 4 anos uma abertura maior, isto é, uma motivação para ideais e valores transcendentais, por ex., para ideais evangélicos.

Este resultado era ainda maior se nos primeiros anos de formação estava incluído o noviciado, e mais ainda se o noviciado incluía uma experiência espiritual intensa de longa duração (30 dias), conforme diz o Pe. Rulla. Isto é, após o confronto de sujeitos analisados antes do ingresso na vida religiosa, durante o noviciado com experiência espiritual intensa de 30 dias e no fim dos dois anos que sucederam ao noviciado, concluiu-se que os ideais correspondentes aos valores evangélicos; tinham aumentado muito qualitativa e quantitativamente durante o noviciado, especialmente após o período de espiritualidade intensa,

mas que diminuíram nos anos seguintes ao noviciado e que chegaram em muitos casos a um nível mais baixo de quando os mesmos sujeitos entraram na vida religiosa.

A diminuição foi bem menor nos indivíduos que apresentavam maior equilíbrio emocional e afetivo e, conseqüentemente, ausência ou escassa presença de problemas inconscientes não resolvidos. Estes indivíduos foram aqueles que, ao cabo dos anos de formação, apresentaram um verdadeiro crescimento, espiritual e emocional-afetivo.

Dai, uma conclusão importante pode ser tirada: todo progresso na formação espiritual que não for acompanhado de um verdadeiro crescimento emocional e afetivo da pessoa, o qual implica em resolução de problemas inconscientes que entram em conflito com a possibilidade de vivência genuína dos valores evangélicos, é fictício e de breve duração. Estes problemas influem diretamente na possibilidade de viver determinados valores e diminuem a liberdade efetiva da pessoa.

Conforme diz o Pe. Rulla, de 60 a 80% das pessoas que entram na vida religiosa têm dificuldade para internalizar os valores que eles declararam ter escolhido. O autor da pesquisa fala muito da internalização dos valores evangélicos. Para ele se trata do objetivo principal da formação presbiteral e religiosa. Essa internalização é entendida como a aceitação desses valores, com disposição a deixar-se mudar por eles, pelos valores em si e não pelos efeitos e vantagens que esta mudança pode ter na própria pessoa.

Portanto, a formação oferecida, vistos os resultados das pesquisas, é assimilada com proveito por uma faixa limitada de pessoas (de 15 a 20%) na população geral dos formandos.

As outras duas pesquisas citadas à pág. 165 (Baars-Terruwe e Kennedy-Heckler) apresentam dados que confirmam os apresentados por Rulla e equipe.

Elas se referem a amostras de presbíteros, diocesanos e religiosos, dos Estados Unidos e da Europa Ocidental (a primeira) e dos Estados Unidos somente (a segunda).

Segundo Baars e Terruwe: cerca de 15% dos padres são psicologicamente maduros, cerca de 65% são emotivamente imaturos, cerca de 20% apresentam problemas de ordem psiquiátrica.

Segundo Kennedy e Heckler: 7% dos padres são psicologicamente desenvolvidos, 18% estão desenvolvendo, 66% são subdesenvolvidos emotivamente, 8% são mal desenvolvidos.

As mesmas percentagens de maturidade e imaturidade afetiva se encontram na população geral.

Na pesquisa citada há muitos outros dados. Citamos somente alguns que achamos os mais importantes. Agora nos perguntamos: se a situação é esta, como encará-la e como estudar a maneira de ajudar os futuros missionários a conseguirem sua maturidade e equilíbrio para que possam enfrentar melhor os desafios da missão de amanhã?

## D) ORIENTAÇÕES GERAIS PARA A FORMAÇÃO

Depois das premissas teóricas e da análise dos fatos fornecidos pelas pesquisas, chegamos ao aspecto prático do problema: como orientar a caminhada formativa.

### 1) Observações gerais

As que vêm a seguir, são algumas das pistas que podem ser seguidas para uma formação participativa, que visa o crescimento da pessoa sob todos os aspectos.

#### a) A seleção dos candidatos

Deveríamos evitar dois extremos: aceitar só candidatos perfeitos, aceitar todos, confiando demais nos resultados do trabalho formativo.

Seria bom lembrar que:

Uma formação renovada se propõe ajudar os candidatos a superarem seus problemas; nem todos os problemas, contudo, são facilmente superáveis através do trabalho normal de formação. Alguns exigem intervenções mais técnicas, de pessoas especializadas.

Uma comunidade que reúne muitas pessoas problemáticas, deixa de ser uma comunidade que influi positivamente na formação. Nela se cria um clima "pesado" que dificulta o crescimento das pessoas.

Na formação participativa, o papel da comunidade é muito importante e não pode ser negligenciado, confiando "a priori" na bondade das pessoas que vão formá-la.

O carisma missionário exige uma vocação que se fundamenta tam-

bém em determinados traços de personalidade, e requer da pessoa que se diz vocacionada, certas aptidões.

Cada instituição poderá estabelecer seus princípios para a aceitação e a seleção dos vocacionados. Contudo, seria bom pensar que, de uma seleção bem feita, no momento certo, das pessoas certas, depende também o sucesso do trabalho de formação.

#### b) As características da comunidade

Vimos que, na formação participativa, a própria comunidade influi diretamente na formação. Isso pode acontecer se a comunidade apresentar algumas condições:

*que seja uma comunidade pequena*, compreendendo até 15 elementos, mais ou menos. Seria esta a composição ideal da comunidade (que continuaria sendo-o, mesmo com 8 a 10 elementos), que pode permitir um conhecimento e uma interação ou comunicação pessoal de cada elemento com todos os demais. Esta é uma condição essencial para que uma comunidade seja formativa. Caso contrário, o indivíduo se formará, não tanto graças à comunidade também, mas *na* comunidade ou apesar dela;

*que os confins entre os vários subsistemas sejam claros*, isto é, nem rígidos nem confusos. Esta é uma sugestão que foi evidenciada pelas novas técnicas de terapia da família. Elas mostraram que os problemas são mais frequentes numa família quando entre os elementos de cada

subsistema (pais, irmãos, etc.) ou entre os elementos de um subsistema com os do outro, os confins são rígidos demais (muita distância, comunicação difícil), ou são confusos demais (confusão de papéis, subgrupo excessivamente unido que isola os outros). Nestas condições, a autonomia de cada um não é garantida; não é estimulado um diálogo autêntico e sincero, nem o respeito pelos outros. Pelo contrário, nestas condições torna-se fácil o surgimento de colisões e conflitos entre os vários membros ou subgrupos.

Podemos adaptar isso a uma comunidade formativa e considerar os dois subsistemas de formadores e formandos. Como vimos em relação à família, concluiremos que não são aconselháveis nem as situações de formadores autoritários excessivamente separados e distantes da comunidade, nem de formadores que se confundem com os formandos a ponto de não se conseguir ver nenhuma distinção entre eles.

Seria ideal a posição do formador que fica "de fora", embora esteja "muito perto" da comunidade, como veremos em seguida. Seria aconselhável que esta clareza de relacionamento existisse entre todos os membros da comunidade entre si também, evitando os subgrupos. Nestes subgrupos ou "panelas", os confins entre cada elemento são confusos, ao passo que se tornam rígidos os confins entre a "panela" e o resto da comunidade.

Isso cria problemas de conflitos e colisões e dificulta um diálogo espontâneo e sincero dentro da comunidade, o diálogo, exatamente, de que falaremos a seguir.

*Que o diálogo entre todos os membros da comunidade tenha as características de:*

*autenticidade:* isso acontece quando todos sabem que podem manifestar suas idéias sem o medo de serem "rotulados" ou criticados pelos outros. Os membros da comunidade que têm espírito crítico não aceitam qualquer idéia; mas ao mesmo tempo respeitam as pessoas que dizem livremente o que pensam, mesmo que seja contrário às idéias gerais do grupo; há autenticidade também quando as pessoas manifestam não só o que pensam, mas o que sentem também;

*compreensão* das pessoas, do que se passa dentro delas, em lugar de criticar abertamente o que não está de acordo com os nossos pontos de vista, ou melhor: se alguma crítica tiver que ser feita, que seja precedida por um esforço de compreensão do que passou com a pessoa que deve ser criticada, e que este esforço seja sentido pelos demais;

*aceitação* de todos os membros por parte de todos. Isto não quer dizer que todos devem concordar embora possa e deva haver críticas com o que os demais fazem, mas construtivas, todos se sentem aceitos assim, como eles são.

É importante que um diálogo assim exista sempre, especialmente em certos momentos, como nas avaliações comunitárias. É nestas situações que as pessoas podem ser criticadas e ao mesmo tempo continuam sentindo-se respeitadas e amadas. É em momentos como estes que algumas barreiras internas podem começar a cair.

E se esse tipo de diálogo continuar em outras situações, como por ex., em todas as reuniões comunitárias, e mesmo nos encontros entre formador e cada um dos formandos em particular, mais ainda se se repetir frequentemente, mais barreiras poderão cair. Hoje, este mesmo diálogo começa a ser aconselhado na orientação espiritual também, para ajudar a pessoa orientada a ir mais a fundo no conhecimento de seus problemas e libertar-se deles (2).

### *c) A participação na comunidade*

Numa comunidade assim, um fator notável de crescimento é constituído pelo fato de que os membros se percebem protagonistas do próprio agir, discutindo e planejando juntos, dentro dos objetivos gerais da instituição à qual pertencem, o que fazer, como fazê-lo e quando fazê-lo. O formador estimula e motiva cada um a envolver-se cada vez mais e a assumir suas responsabilidades, e ajuda o desenvolvimento do espírito crítico para avaliar se tais atividades estão dentro dos objetivos gerais da comunidade e da instituição à qual a comunidade pertence.

A participação de todos no processo comunitário ajuda a desenvolver a confiança de cada um em si, a responsabilidade pessoal, o sentido comunitário, a aceitação dos direitos dos outros, o espírito crítico e o respeito dos outros nos momentos de avaliação. O sucesso do método de participação na caminhada de uma comunidade depende muito também do tipo de diálogo que a comunidade consegue realizar entre

os vários membros, entre os membros e o formador.

Quanto a este, é importante que, por ex., não seja autoritário; goze do respeito e da confiança máxima dos formandos; conviva com eles deixando claro que não é um como eles; favoreça e estimule o consequimento do maior número possível de informações antes das decisões comunitárias; estimule o envolvimento de todos nas decisões e nas avaliações; ajude a comunidade a se conhecer melhor, a aceitar seus erros e a reconhecer seus sucessos.

A participação baseada no diálogo, nos moldes já descritos, entre formadores e formandos, além de estimular o crescimento e a maturação dos formandos, ajuda a desenvolver neles atitudes de escuta, de descoberta dos valores existentes no outro, de aceitação do que é diferente, de espírito crítico mantendo o respeito à pessoa do outro.

Esta poderia ser uma ótima preparação para o trabalho missionário de escuta e de aceitação dos valores da cultura local para poder apresentar em seguida, uma mensagem evangélica inculturada na nova realidade. Diálogo e participação deveriam ser vividos em vários níveis.

### *d) A participação na espiritualidade*

O diálogo e a participação não somente são úteis nas atitudes externas da comunidade e nas avaliações de seu comportamento, como também em muitos momentos de reflexão sobre argumentos espirituais e de oração. Passa-se aos poucos de uma espiritualidade individualista, como era a tradicional, para uma

espiritualidade que descobre que é parte integrante e aspecto essencial da comunidade e de cada membro e não um aspecto isolado dela. É importante que estes momentos se tornem momentos da vida comunitária enfrentados com a mesma espontaneidade, naturalidade e participação como todos os outros.

e) *Trabalho pastoral = estágio missionário*

Deveria haver não somente momentos de envolvimento de seminaristas na pastoral genérica (pastoral paroquial por ex.), mas também em atividades evangelizadoras que representam bem de perto as que um dia serão próprias do missionário. Este envolvimento deveria ser sério, a ponto de provocar ao máximo a personalidade e as capacidades do formando, embora sempre proporcionado às suas possibilidades de resposta. Ele deveria inclusive expor o formando ao risco do fracasso para que ele se possa conhecer mais profundamente, inclusive em suas capacidades de reação ao insucesso.

O objetivo desta experiência (que poderia ser chamada de estágio ou treinamento missionário) seria o de ajudar o formando a adquirir uma metodologia de trabalho adequada; ajudá-lo a conhecer seus limites, defeitos, fraquezas em situações em que está longe da "proteção" da comunidade, e enquanto há oportunidades para tomar as devidas providências.

Para isso o formando deveria ter à disposição não simples fins de semana, mas um tempo mais prolongado como as férias de verão ou, por

ex., um semestre ou mais reservados para esse fim. Apresentamos em seguida um exemplo de como poderia ser enfrentada uma experiência de estágio missionário. É claro que se trata de um simples exemplo.

Numa primeira experiência ele trabalharia (ou eles trabalhariam) junto com alguns missionários numa situação missionária determinada (no meio dos índios por ex.), durante um certo tempo. Eles teriam depois um tempo suficiente para uma avaliação comunitária, com os demais colegas que fizeram outras experiências semelhantes, do trabalho feito, ajudados por especialistas (professores de teologia, de pastoral) e por formadores, que ajudariam a analisar a metodologia seguida e o comportamento de cada um dos formandos.

Outra experiência poderia ser feita em seguida em outra situação missionária (por ex. os outros ritos afro-brasileiros), com o mesmo envolvimento, seguida de avaliação comunitária como a precedente. Desta vez, seriam avaliados mais em profundidade o envolvimento de cada um no trabalho, as dificuldades encontradas, como foram superadas, o sucesso ou o fracasso da experiência, a metodologia seguida.

Numa terceira etapa poderá ser feita uma nova experiência, em outra situação missionária, seguida de avaliação como as precedentes. Nesta, os seminaristas poderão ser convidados também a avaliarem as várias experiências feitas até agora e a confrontarem as várias metodologias seguidas nas diferentes situações.

A cada nova experiência a participação da comunidade na avaliação se torna cada vez maior e cada vez exige mais envolvimento dos participantes que, ao fim das experiências, acabam assimilando uma metodologia de trabalho missionário, de forma ativa, e descobrindo novos aspectos de sua personalidade, como apareceram nas dificuldades das situações de evangelização, e que foram ressaltados na avaliação comunitária. Estes novos aspectos de sua personalidade "em situação" poderão ser objeto de análise e discussão individual com os formadores também.

Experiências como estas deveriam ser feitas no fim do período formativo, após experiências de pastoral e evangelização no ambiente onde o formando vive a realidade da própria Igreja local. Isto é muito importante e fortalece o senso de identidade e de pertença à própria cultura e à própria Igreja.

Somente sobre a base de um sentimento de identidade cultural e eclesial claro e bem aceito, que permite ao formando compreender e distinguir, na religião de seu povo, o que é valor evangélico e o que é valor da própria cultura, é possível iniciar o diálogo intercultural e o anúncio missionário sem o perigo de infiltrações de colonialismo religioso, como em outros tempos.

### 3) Conclusões

Foram apresentadas algumas propostas práticas para a formação dos missionários segundo as exigências da evangelização na Igreja de hoje. Eis algumas conclusões gerais:

— Como as pesquisas mostram, o missionário, assim com o padre e o religioso, não se forma sozinho. Isto porque, sozinho, é impossível conhecer os pontos sobre os quais trabalhar para o próprio crescimento.

— O melhor lugar para esse crescimento parece ser uma comunidade pequena, democrática, participativa, com formadores bem integrados na metodologia de trabalho em pequenos grupos.

— O formando é sujeito ativo de sua formação.

— É importante que seja claro o papel do formador e que claros sejam também os confins entre eles e os formandos, isto é que não sejam nem rígidos nem confusos.

— Ninguém descobriu até hoje a maneira melhor, mais completa, em todos os seus pormenores, de aplicar na prática a metodologia de trabalho em pequenos grupos; provavelmente, nunca será descoberta definitivamente. O método melhor é aquele que é atualizado cada vez e adaptado às necessidades de cada comunidade. Ele deveria unir, ao mesmo tempo, o máximo de participação e envolvimento de cada um, de diálogo de cada um com todos e de respeito às regras pré-estabelecidas.

— Foram apresentadas algumas pistas gerais para o trabalho comunitário e algumas condições otimistas para que o mesmo tenha os melhores resultados. Queremos dizer que nenhuma delas é mais importante que as outras, nenhuma é prioritária. É essencial que todas se in-

tegem num sistema único. É importante que todas elas estejam presentes e atuem numa determinada comunidade. Seria prejudicial seguir uma pista só, sem integrá-la com as outras.

Por ex. viver a participação sem a preocupação de realizar um determinado tipo de diálogo entre os membros da comunidade, ou sem um mínimo de definição da figura e do papel do formador, poderia abrir caminho para a anarquia ou o autoritarismo de um pequeno grupo.

Da mesma forma, cuidar do envolvimento pastoral sem a preocupação de viver uma vida comunitária, poderia levar a uma ênfase exagerada na ação, esquecendo a preocupação com a formação e com todos os problemas pessoais e comunitários que normalmente são resolvidos na fase de formação.

Pelo contrário, uma preocupação excessiva com a vida comunitária

pode levar a um certo tipo de alienação da realidade circunstante. É essencial que todas as pistas sejam integradas num sistema formativo único.

No início, falou-se de problemas inconscientes, não resolvidos, que representariam um dos obstáculos ou barreiras mais difíceis a serem superados para que se possa viver os valores da vida religiosa e presbiteral.

A vivência de todas as pistas apresentadas, no mesmo sistema formativo, contribuiria a fazer com que pelo menos, algumas das barreiras comecem a cair. Especialmente, queremos sublinhar mais uma vez a importância do diálogo, nos moldes em que foi apresentado. Se esse diálogo caracterizasse a maioria dos momentos comunitários, certamente o formando receberia um estímulo maior e uma ajuda eficaz para o seu crescimento.

## NOTAS

(1) Rulla, Luigi M., S.J. — Imoda, Franco, S.J. — Ridick, Joyce, SSC — *Antropologia della vocazione Cristiana*, 2, Conferme esistenziali, Piemme, Casale Monferrato, 1986. Rulla, Luigi M., S.J. — Imoda, Franco, S.J., Ridick, Joyce, SSC — *Struttura psicologica e vocazione*, 3, Motivazioni di entrata e abbandono,

Marietti, Torino, 1977. (2) Podem ser consultados com proveito os seguintes livros: Giordani, Bruno — *Il colloquio psicologico nella direzione spirituale*, Rogate, Roma, 1985. Giordani, B. — *Mercatali*, A. — *La direzione spirituale come incontro di aiuto*, La Scuola — Antonianum, Roma, 1984. □

---

É importante ser voz dos sem voz. Mas não basta. A Igreja não pode prescindir da voz dos pobres. Não pode nem deve, por isso, substituí-los. A linguagem do sofrimento não tem suplente (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

# AUTOBIOGRAFIA

*O passado biográfico precisa ser integrado no presente como força impulsora do futuro. O passado tem nome próprio: história pessoal. Nossa história é a mestra de nossa vida no presente e no futuro.*

**Victoriano Baquero Miguel, S.J.**

1. **INTRODUÇÃO.** É freqüente entre os educadores e psicólogos clínicos, pedir aos seus clientes que escrevam a sua biografia, dando ênfase especial aos períodos da infância. Também enfatizam o relacionamento primitivo com a família, pai, mãe, irmãos, parentes, escola, etc. Não é o momento de falarmos sobre o valor de tal instrumento como meio de autoconhecimento. O fato de voltarmos a atenção sobre o nosso passado já tem o seu valor. É lá que podemos descobrir modos e maneiras comportamentais do nosso presente. Mas apenas sabermos das origens dos nossos hábitos presentes não é suficiente para justificar o esforço recordativo do passado. O passado biográfico precisa ser integrado no presente como força impulsora da vida e do futuro.

2. **HISTÓRIA DA PESSOA.** O nosso passado tem um nome específico: história pessoal. A história é mestra da vida, portanto a nossa história pessoal já tem uma função clara e específica: ser a nossa mes-

tra da nossa vida presente e futura. É nosso dever auferir, de modo operacional, os máximos proventos da nossa história. Como, de fato, convertê-la em "mestra da nossa vida?" Como operacionalizarmos este "construto" amplo em atividades imediatas e concretas que convertam a mestra da vida em atos úteis que, praticamente, levem o nosso passado a converter-se numa mestra eficiente da nossa vida?

3. **EXPERIÊNCIA PESSOAL.** A história, como construto, é uma soma psíquica de experiências acumuladas durante a vida até o momento presente. Cada experiência é uma riqueza pessoal, é um tesouro que precisa ser revalorizado. É neste processo consciente de revalorização das experiências do passado que está uma das primeiras operacionalizações da história pessoal.

O fato de passarmos a ver a nossa história como uma mina de valores, já é uma forma de aproveitamento do passado. É freqüente, en-

tre as pessoas, rejeitar o seu passado. Essa rejeição leva consigo mal-estar, sentimentos negativos e até fixação de caráter desajustante. É porque o passado histórico não está sendo visualizado pelo seu valor; mas está sendo visto pelo seu lado negativo, de desvalor. E enquanto olharmos o nosso passado sob o prisma negativo do desvalor, a reação de rejeição é normal (dentro do figurino na normalidade psíquica), pois não seria normal aceitar um passado considerado negativo. Acontece que o nosso passado, antes de ser história é "experiência" e como "experiência" é pura, é um valor que deve ser resgatado. É este valor que devemos salvar para "integrarmos" o nosso passado como um bem maravilhoso.

3. *ORIGEM DA EXPERIÊNCIA.* A nossa história, como "experiência imediata", está indigitando a fonte, a origem dela: O nosso eu. Eu sou a fonte e manancial, dos meus atos e experiências diretas. Eu sou o pai da minha história, do meu passado, como experiência, sem conotações algumas.

É bom lembrar aqui um dos mecanismos mais antigos do homem que aparece já nos primórdios da humanidade bíblica. Adão culpa Eva, Eva culpa a serpente e a serpente culpa Deus. E Deus, sem fazer caso das acusações mútuas, condena os culpáveis ou geradores da rebeldia, das experiências internas consentidas. Nem Eva, nem a serpente e nem Deus foram a raiz da rebeldia, mas apenas situações estimuladoras externas da ação interna. A resposta dada por Adão e Eva é oriunda do interior deles, do seu eu.

Eles foram os genitores de tais atos, de-tal experiência. A estimulação não entra no julgamento e sim o parto eliciado pela estimulação. Este é filho de Adão e de Eva. Esse mesmo mecanismo de instâncias alhures a nós continua agindo em todos nós. Culpamos o "demônio tentador", as "estruturas", a "infância", a "figura paterna e materna", a "sociedade de consumo", os meios de "comunicação de massas" e, em última instância, a Deus que foi o criador de tudo isto. É verdade que todas essas instâncias são necessárias para que nosso eu possa agir, mas não são a raiz de nossas ações. Elas são exógenas a nós e os nossos atos são endógenos. As instâncias possuem a categoria de "estímulos", mas a raiz endógena dos atos emitidos somos nós, o nosso eu. Nós somos os pais de tais atos emitidos e eliciados, no passado, seja consciente ou inconsciente, voluntário ou involuntário, desejado ou não. É condição inicial básica para revalorizarmos o nosso passado, como forma de integrá-lo, que o reconheçamos como saído de nossas entranhas. Nós somos os pais de nosso passado.

4. *SEM CONOTAÇÕES MORAIS OU PSÍQUICAS.* O que nos leva à rejeição do passado é a conotação moral ou psicológica de mau e ruim. Há um passado integrado no qual nem pensamos porque não nos molesta e nem interfere no presente. É aquele passado bom que caminhava na direção da nossa evolução específica e normal. O passado que rejeitamos é aquele que vem carimbado com o ferrete de "ruim"; "mau". E é interessante observar a presença de outro mecanismo psíquico que consiste em identificar,

confundir o todo com a parte. O passado ruim moral ou psiquicamente passa a bancar o todo do passado. A pessoa passa a ver o seu passado todo sob o olhar estreito do passado considerado ruim. É por isso que rejeitamos o nosso passado histórico. É isso mesmo o que mortifica tantas pessoas por pensarem ser anormais. Essa reação manifesta a sua normalidade, pois que aceitar um passado considerado ruim, sim que é anormal, sinal de desajustamento. Possuímos uma facilidade constitucional para vermos o mal e uma dificuldade enorme para vermos o bem. Para o mal temos um olhar de boi e para o bem um olhinho de mosquito. Esta atitude negativista é um dos maiores impecilhos para aceitarmos e integrarmos o nosso passado histórico, pois é impossível aceitar o que é ruim.

**6. QUAL A MELHOR E A PIOR BIOGRAFIA?** Ninguém pode afirmar que a sua história seja a melhor, assim como ninguém pode afirmar que a sua seja a pior. Desde o ponto de vista de "experiência", toda história é boa, pura e rica. É origem de valores, pois experiência acusa valores.

Acontece com a nossa história algo semelhante ao acontecido com o passado histórico dos povos antigos. A Europa é toda ela um museu. O peso do turismo moderno é que descobriu o valor do passado. Hoje recupera-se tudo quanto tiver sabor de antigo, de passado. Os povos antigos integraram o seu passado. É fonte de ricas divisas. Algo semelhante acontece conosco. Estamos redescobrimdo o nosso passado como fonte de divisas enriquecedo-

ras de nossa personalidade. Estamos descobrimdo o valor psíquico de "nossas raízes". E é neste sentido que nosso histórico deve ser redescoberto para ser reintegrado. Integramos valores e não desvalores. A melhor história é a minha por ser "minha experiência". A dos outros tem o mesmo valor do que a minha porque é a experiência deles. O importante é que identifiquemos a origem, o nosso eu, como o tabelião de nossos atos. Isso é já integrar.

Histórias consideradas conotadamente negativas podem ser até positivas de fato. A história de uma pessoa que nasceu "em berço esplêndido" e que tudo na vida lhe saiu bem, conforme o modelo cultural e de consumo, em situações adversas e dolorosas o deixará mal preparado. "Filho de papai" ficará em piores condições de resistência em condições desfavoráveis da vida do que os "filhos da desgraça", pois estes já estão preparados para enfrentar dificuldades desde cedo. Qual é a melhor infância? Acredito que toda infância, como história de experiências, é boa e linda. A melhor, sem dúvida, é a minha desde que aprenda a vê-la desde um ponto de vista positivo, como "experiência" e não sob o aspecto de "ruindade" ou de "maldade" moral ou psíquica. O essencial é ser "experiência", é ser minha e como tal eu a integro no meu presente.

**7. COMO INTEGRAR O PASSADO?** Em primeiro lugar precisamos ver a nossa história pessoal como "experiência" pura, original e descobrir os seus valores de "mestra da vida" e de indicador da fonte, do eu. Eu sou a origem das mi-

nhas experiências e não as estimulações externas. O primeiro passo de uma integração eficiente e autêntica do passado é a "legitimação" dos atos passados. Legitimar exige aceitação e reconhecimento do passado como meu. Para tanto é necessário "conscientizar-me" de minha "paternidade" psíquica do passado. É exercitando esta paternidade que conseguiremos "integrar" as exigências do passado, especialmente, aquelas que rejeitamos como ruins. É necessário exercitar a consciência de que nem meu pai, nem minha mãe, nem as estruturas presentes são as causas endógenas dos meus atos, mas apenas estímulos e ocasiões da minha ação. É necessário exercitar este tipo de conscientização paternal porque é comum o não exercício de tal paternidade responsável. A origem de tais atividades, em geral, pensamos ser as situações, as instâncias e não nós mesmos.

Em segundo lugar, precisamos exercitar atos de "legitimação" das nossas experiências passadas, sejam elas conscientes ou não, queridas ou não, boas ou não. Elas são nossas, nascidas de uma raiz boa e portanto boas em si. Os atos de "legitimação" são necessários, como condição prévia, para integrá-los no eu, no presente. Este processo é análogo ao processo cartorial de "Registro de nascimentos". Os pais registram, como legítimos, os filhos nascidos do matrimônio legal e religioso, mas acontece um fato psico-social muito interessante que pode ajudar-nos a compreender melhor o que seja este processo psíquico da "legitimação" ou do "livro de registros". É o fato social inquietador e perturbador da ordem social pro-

vocado, no presente, pelos filhos abandonados, dos "ilegítimos" que perambulam pelas ruas das grandes cidades. Estamos presenciando o mal-estar social, "neurose dos marginalizados" de que padece a sociedade atual. Filhos abandonados, rejeitados, ilegítimos se convertem em problemas ameaçadores para toda a sociedade. Hoje se vive o sobressalto dos pivetes, dos trombadinhas, dos mini-sequestradores, etc. Pois algo semelhante acontece, hoje, em nós com os nossos "filhos ilegítimos". Aqueles que por conotações negativistas rejeitamos e os colocamos na rua da vida, não na casa do seu pai. Estes atos ilegítimos se tornam a nossa tortura, os nossos sequestradores, os nossos assaltantes, esperando, com a sua conduta rebelde e agressiva, que decidamos dar-lhes o atestado, a "certidão de legitimidade" concedida pelo juiz de menores do nosso eu. Ele é o juiz, o pai e a raiz de todos os nossos atos. Todos os nossos atos são, de per si, legítimos.

Estes atos, filhos legítimos, autênticos nossos gritam, berram, agri-dem, violentam, assaltam o nosso eu, nosso cartório, exigindo do nosso eu, do nosso eu, da nossa consciência, que lhes outorguemos o direito de legitimação junto com todos os seus direitos de filhos, para serem integrados à casa do pai. É assim que deixarão de infernar ao pai oculto e envergonhado de os ter gerado. Exigem a sua legitimação histórica.

8. PROCESSO DE ACEITAÇÃO. Reconhecida a sua origem psíquica é mais fácil o processo de aceitação desses mesmos atos. A

aceitação exige atitudes outras, necessárias para atingir a integração positiva. É necessário respeitá-los como verdadeiros filhos. O passado, como filho, possui todos os direitos da filiação autêntica. Direito de ser amado, estimado. Há uma analogia profunda entre os filhos do sangue e os filhos do psiquismo. Os filhos do sangue exigem para a sua realização, o carinho, afeto, atenções dos pais. Se estes elementos faltarem, os filhos se tornam problemas na família. É o que acontece com os atos do passado. É a mesma história infantil que o comprova. Pessoas que não aceitam o seu passado, seja lá porque causa, são pessoas que sofrem a agressividade e irritabilidade do seu passado. A psicologia clínica o atesta.

O processo de aceitação exige, por sua vez, diálogo amigo e respeitoso, pois cada ato ou experiência é um portador de mensagens úteis e ricas para o seu genitor. É nesse diálogo amigo que se deve decifrar as mensagens dos nossos atos e experiências passadas. Estas só deixam em paz ao seu criador quando houve entendimento entre eles e foi recolhida a mensagem que pretendiam transmitir. É algo assim como o carteiro que nos traz uma carta. Se não o ouvirmos e recebermos a carta, ele terá que voltar até que realize a sua missão de carteiro. Abres a carta e lêes a mensagem. O carteiro logo se vai em paz, satisfeito de ter cumprido o seu dever. Do contrário, ele se fixa e atormenta o seu interlocutor, o nosso eu.

9. **RESPONSABILIZAR.** Todo este processo leva a pessoa a assumir uma "paternidade responsável"

que vem a significar o mesmo que "integrar". Fala-se hoje muito em paternidade responsável, pois isso vale para os processos internos de nossa conduta. Tornar-nos responsáveis por todos os nossos atos, mesmo aqueles dos quais não gostamos ou rejeitamos. Responsabilizar-se é um processo interno que implica em "domínio" dos atos, no sentido de que somos os "donos" enquanto autores; "juízo", pois o nosso eu é o "juiz" dos nossos atos. Ele emite, imediatamente, o veredicto de "bom" ou de "mau". É necessário aceitar o veredicto e assumir as conseqüências de paz, no caso do bem agir, ou de intranqüilidade, no caso do mal agir. O exercício contínuo, implícito ou explícito é que nos torna responsáveis pelos nossos atos, especialmente do passado. E todo este exercício nos conduz à liberdade.

10. **LIBERDADE.** Ser livres é um desejo íntimo de todo ser humano, porém não nos determinamos a colocar em prática os meios convenientes e necessários. Ser livre implica em capacidade de "opção", de "determinação". Essa capacidade surge da "responsabilidade", desse "matrimônio" entre o eu, matriz das nossas experiências e as nossas experiências mesmas. A estimulação exógena é impositiva, pois nos leva a sentir uma experiência virgem, sem lei, pois o sentir, o experimentar, é anômico, sem lei e, portanto, não recai sobre o campo da responsabilidade. A liberdade começa perante a potencialidade do sentir, não antes. Posso aceitar ou rejeitar as experiências enquanto boas ou más, mas não enquanto experiências diretas. A liberdade, ou a lei, começa no sentir

e termina no consentir. O consentimento é fruto legítimo da liberdade responsável que consiste em aceitar como ato meu toda experiência passada. Liberdade implica relação com o agir e não tanto com o sentir. Se não nos fosse dado poder sentir (percepção dos sentidos) não nos seria possível a vida e nem ser livres. Para optar, ser livre, preciso conhecer as várias possibilidades de escolha. No sentir não há liberdade porque no sentir não existe lei, é anômico. A liberdade nasce sobre o sentir dando lugar ao "consentir" que é onde está a lei. A lei nasce do legislador, no caso é o nosso eu. O exercício do "optar" por alguma das partes é que fortalece o nosso poder radical de escolher, de liberdade.

11. *AMADURECIMENTO PES-SOAL*. É neste jogo de responsabilidade sobre o passado que realizaremos um presente amadurecido. Amadurecer é aceitar, integrar o passado, é legitimar as experiências e tornar-nos responsáveis por elas. E isso significa amadurecer, ser livre. Pois se optar, integrar, legitimar, responsabilizar por alguma coisa são funções essenciais da pessoa livre; então quanto mais exercitemos estas atividades melhormente madureceremos. O instrumento autobiográfico tem sentido de libertação porque implica em exercício da responsabilidade, integração e acolhimento do passado no "cartório de registros" no nosso eu, o juiz e dono das nossas experiências. Quanto melhor o nosso eu viver o papel de dono e de juiz do seu passado e presente, melhor será o nosso futuro livre.

12. *O DESTINO DO PAS-SADO*. Viktor Frankl, na sua obra

sobre a Logoterapia, dedica um capítulo ao tema dos "destinos"; destino biológico; destino psicológico e destino sociológico. Em todos eles afirma que em vez de serem impecilho para a libertação humana, são precisamente pontos de partida para a "liberdade de" em direção da "liberdade para". Até no destino dos grandes sofrimentos, como o caso dos campos de concentração, descobre as grandes pistas para o homem tornar-se dono de si mesmo, livre. Pois tudo quanto Frankl afirma sobre os "destinos" humanos podemos aplicá-lo aos hábitos complexos adquiridos no período infantil. Todos eles em vez de serem impecilhos para realizarmos a nossa personalidade são, na realidade, os pontos de partida para conseguirmos uma personalidade rica e amadurecida. Sem experiências a nossa vida seria inútil e empobrecida. É a partir das nossas experiências que poderemos construir o edifício de nossa personalidade. Os estímulos externos, apenas, diferenciaram os tipos de nossa história experiencial. Ninguém pode afirmar que o seu passado destruiu a sua capacidade de ser livre. Se assim fosse, então não seria necessário procurarmos psicólogos e terapeutas para curar-nos. Se o nosso passado incidisse de forma irreversível sobre nosso presente de modo que o incapacitasse de ser livre então vãs seriam todas nossas tentativas educacionais do ser humano. A força impressiva da infância sobre o homem adulto é importante, mas não de modo que chegue a impedir o exercício livre da vida no presente. Isto iria contra toda tentativa humana de recuperação, especialmente, psicoterapêutica. As clínicas psico-

lógicas deveriam fechar no momento em que se provasse que a influência do passado, o "destino", abafasse toda possibilidade de ser livre. O passado determina o modo accidental de sermos, mas não o modo essencial de sermos livres. Que o passado venha, em certos casos, dificultar o exercício da liberdade, é fato evidente, mas que o obstacule definitivamente é algo inconcebível. O "destino" do nosso passado ainda fica sob o domínio da nossa liberdade. É questão de paciência e de exercitação.

13. *EXERCÍCIOS DE INTEGRAÇÃO DO PASSADO.* Sendo certo o que afirmamos acima, nos atrevemos a propor algumas práticas no sentido de conseguirmos a tal de "integração" reiteradamente enunciada no discurso dos psicólogos:

### 13.1. *IDENTIFICAR OS ASPECTOS POSITIVOS DO NOSSO PASSADO:*

— De modo global: Buscar todos os aspectos positivos do meu passado considerados como bons, agradáveis. Identificá-los conjuntamente com os sentimentos agradáveis que o acompanharam...

— De modo especial buscar os ângulos positivos das figuras:

— paterna: uma lista de tudo quanto de bom experimentei do pai...

— materna: uma lista de tudo quanto de bom recebi da mãe...

— fraterna: uma lista de tudo quanto de bom recebi dos irmãos...

— parental: o mesmo levantamento dos aspectos positivos...

Em todos estes exercícios tratar de renovar os sentimentos que laquearam estas experiências passadas.

### 13.2. *IDENTIFICAR OS ASPECTOS NEGATIVOS DO PASSADO:*

— De modo global: Como na fase anterior...

— De modo especial: Buscar o negativo do passado.

— no pai; — na mãe; — nos irmãos; — nos parentes...

### 13.3. *DESCOBRIR O POSITIVO NO PASSADO NEGATIVO:*

— De modo geral: ver o que se pode salvar do passado negativo...

— De modo especial: — no pai; na mãe; nos irmãos; no ambiente; etc.

O passado negativo só pode ser integrado, assimilado, quando descobrirmos nele aspectos positivos. E sempre existe muito de positivo no que nós consideramos negativo.

13.4. *EXERCÍCIOS DE LEGITIMAÇÃO.* Escolher, um por um, os fatos mais desagradáveis do passado e legitimá-los como filhos legítimos do nosso eu.

13.5. *EXERCÍCIOS DE ACEITAÇÃO.* Não só legitimar, mas aceitar e tornar-se amigo dos nossos atos passados. O diálogo com eles. O respeito de assumi-los como nossos e dar-lhes todos os seus direitos...

14. *CONCLUSÃO.* Um tratamento desta categoria tornará a au-

tobiografia um autêntico instrumento de integração e de superação dos sofrimentos experimentados no presente por influência do passado. É o processo aqui propugnado serve para todo e qualquer ato que venhamos

a produzir no futuro. O processo vale não por serem atos do passado, mas por serem atos nossos e experiências nascidas de nosso eu, rei, juiz e senhor. Eu pai, responsável.

## BIBLIOGRAFIA GERAL

(1) Baquero, Victoriano, Introdução à Orientação Educacional, Loyola, 1973, S. P. (2) Frankl, Viktor E., Psicoterapia e Sentido da Vida, Quadrante, S. P. 86. (3) Gosalbez Celdrán, Alfredo, Técnicas para el Tratamiento Psicopedagógico, Kapelusz, Madrid, 1983. (4) Kanner,

Leo, Psiquiatria Infantil, Siglo Veinte, BsAs. 1977. (5) Ladouceur, Bouchard, Granger, Principios e Aplicaciones de la Terapia de la Conducta, Debate, Madrid, 1983. (6) Lázarus, A. A. A. Psicoterapia Personalista, Interlivros, B. Hte. 1977. □

---

### Só o amor salva

“O sacerdote, quando viu o homem, passou adiante, pelo outro lado. O mesmo aconteceu com um levita”, Lc 10, 31. Ambos pensaram assim: Se eu parar, o que será de MIM? É o egoísmo visto de frente. Já o Samaritano pensou diferente: Se eu NÃO parar, o que será DELE? É o ponto de vista da solidariedade e do altruísmo. Só o amor salva. Só a misericórdia faz a vida renascer (Pe. Marcos de Lima, SDB).

### Mutualidade incompreensível

Bíblia — “Quando fui ter com vocês não me apresentei com o prestígio da palavra ou da sabedoria para lhes anunciar o mistério de Deus. Minha palavra e minha pregação não tinham nada dos discursos persuasivos da sabedoria humana”, 1 Cor 2, 1-5.

Leitor — Não há raciocínio capaz de convencer o homem, se ele não se abrir e se dispuser a aceitar o dom de Deus. Mistério profundo. Tudo depende de Deus. É dele a iniciativa para a aliança de amor conosco em e por Jesus Cristo. Mas Deus se condiciona à resposta livre e ativa de sua criatura. Oferta de Deus e trabalho nosso. Mutualidade incompreensível. Tensão e mistério. Dom de Deus e aceitação ou rejeição nossa (Pe. Marcos de Lima, SDB).

# FUNDAMENTOS ECLESIOLÓGICOS DA ORGANIZAÇÃO DOS CRISTÃOS LEIGOS

ELEMENTOS PARA REFLEXÃO À LUZ  
DA EXORTAÇÃO "CHRISTIFIDELES LAICI"

*Sem a organização dos leigos, fundamentada  
no mistério da Igreja, Comunhão  
e Missão, é impossível enfrentar hoje  
o complexo desafio de uma nova evangelização.*

**Dom Marcelo Pinto Carvalheira**  
Bispo da CEP, responsável pelo Setor-Leigos

Tem sido muito estudado o fundamento eclesiológico da *Organização dos Bispos*, enquanto grupo especial de cristãos ordenados, sucessores dos apóstolos pelo Sacramento da Ordem do Episcopado. Os Bispos se organizam em *nível universal*, constituindo o Colégio dos Bispos, tendo como sua cabeça visível o Bispo de Roma, Sucessor do Apóstolo Pedro. Os Concílios Ecumênicos são a grande expressão da colegialidade episcopal. Em *nível nacional e regional*, sempre houve na história os concílios particulares e os sínodos, e hoje, sobretudo após o Concílio Vaticano II e a regulamentação do novo Código de Direito Canônico, existem, de modo estável, as Conferências Episcopais. Há atualmente uma farta literatura sobre a fundamentação teológica dessas organizações do episcopado.

*Os presbíteros*, por sua vez, têm sua organização em *plano diocesano, regional e nacional*. Os Conselhos presbiterais são previstos pelo Concílio Vaticano II, e as Comissões Regionais e Nacionais do Clero já se tornaram fatos históricos nesse processo de organização dos presbíteros. Eles são cooperadores da ordem episcopal no exercício do sacerdócio ministerial. E não é difícil encontrar nas fontes teológicas alguns elementos que logo vêm à tona, como a "fraternidade sacramental", de que fala o documento conciliar "Presbiterorum Ordinis", para fundamentar com a teologia as organizações do corpo presbiteral.

Algo de análogo se pode dizer dos *Diáconos permanentes* que receberam a ordem do Diaconato e hoje, em nosso País, se organizam em vá-

rios níveis, sobretudo nacional e regional (CND e CRD). E não faltam razões teológicas e pastorais para justificar essas organizações.

Também não faltam estudos teológicos para fundamentar eclesiológicamente as organizações dos *consagrados na vida religiosa*. Além das várias Ordens e Congregações Religiosas, agrupamentos baseados nos carismas dos fundadores e na vida fraterna e comunitária, existem hoje as Conferências dos Religiosos provenientes de diversas famílias espirituais, fenômeno histórico pós-conciliar, que organizam esses cristãos que pertencem a um estado de vida especial na Igreja, pela consagração religiosa. O caráter comunitário, o sentido de fraternidade da profissão religiosa oferecem bases de cunho teológico e ascético-pastoral para as organizações mais amplas dos reli-

giosos, homens e mulheres, em vários níveis, diocesanos, regional e nacional.

E os *Cristãos Leigos*? Em que se fundamentam teologicamente as organizações dos fiéis leigos, enquanto tais, para além de sua filiação a movimentos e grupos ou de suas pertencas a conselhos pastorais? Que eclesiologia pode oferecer bases para os conselhos ou comissões dos Leigos em vários níveis?

Eis a questão que precisa ser referida e aprofundada. Aqui nos propomos oferecer alguns elementos para reflexão, tomados do Concílio Vaticano II e sobretudo da exortação apostólica "Christifideles Laici", do Papa João Paulo II, promulgada após o Sínodo Episcopal, marcadamente eclesiológico, sobre os fiéis leigos.

## 1. DIGNIDADE FUNDAMENTAL DO CRISTÃO LEIGO

1.1. Segundo o espírito do Concílio Vaticano II, a Exortação Apostólica "Christifideles Laici", ressalta a dignidade fundamental dos cristãos leigos.

Eles são chamados a "ser plenamente Igreja". E isso não só pela urgência atual de participação na missão global da Igreja, mas sobretudo em virtude da sua vocação radicada no Sacramento do Batismo e nos demais Sacramentos, especialmente nos da Crisma e da Eucaristia. O texto da Exortação Apostólica assim se exprime: "A inserção em Cristo através da fé e dos sacramentos da iniciação cristã é a raiz primeira que dá origem à nova condição do cristão no mistério da Igre-

ja, que constitui a sua mais profunda fisionomia e que está na base de todos as vocações e do dinamismo da vida cristã dos fiéis leigos" (Christifideles Laici", n.º 9).

1.2. A Exortação apostólica se estende na explanação da "novidade cristã". Esta promana do Batismo, insere o fiel leigo no mistério de Cristo, torna-o membro do seu Corpo e templo do Espírito Santo (cr. "Christifideles Laici", de n.º 10 a 13).

Expondo o que foi dito na constituição conciliar "Lumen Gentium", o Documento pós-sinodal se refere amplamente à participação do fiel na *tríplice função de Cristo, sacer-*

*dote, profeta e Rei*. “Eis um novo aspecto, diz a exortação apostólica, da graça e da dignidade batismal: os fiéis leigos participam, por sua vez, no tríplice múnus — sacerdotal, profético e real de Jesus Cristo. Trata-se de um aspecto que a tradição viva da Igreja nunca esquece” (cf. todo o n.º 14 da “Christifideles Laici”).

1.3. Num passo adiante, a Exortação Apostólica diz que a “novidade cristã é o fundamento da igualdade de todos os batizados em Cristo, de todos os membros do povo de Deus... Em virtude da comum dignidade batismal, o *fiel leigo é corresponsável*, juntamente com os membros ordenados e com os religiosos e religiosas, da missão da Igreja. Mas a comum dignidade batismal assume no fiel leigo uma modalidade que o distingue, sem todavia o separar, do presbítero, do religioso e da religiosa. O concílio Vaticano II apontou a índole secular como sendo essa modalidade” (Christifideles Laici n.º 15).

1.4. No entanto, muitos teólogos, sobretudo hoje, se empenham em ressaltar a *dimensão secular de toda a Igreja*. Por conseguinte, mesmo no exercício do ministério da hierarquia, do Papa e dos Bispos, essa dimensão se faz presente e atuante. Esse aspecto da “secularidade” de toda a Igreja foi claramente indicada pelo Papa Paulo VI, em texto que se tornou famoso, e se acha citado no Documento pós-sinodal sobre os Leigos. Falando aos membros dos Institutos Seculares, assim se exprime Paulo VI: “A Igreja tem uma autêntica dimensão secular, inerente à sua íntima natureza e missão, cuja raiz mergulha no mistério do Verbo

encarnado e que se concretiza de formas diversas para os seus membros” (Acta Apostolicae Sedis, 64 — 1972, pg. 208).

Por essa razão, não faltam os que apelam, antes, à diversificação de ministérios e distribuições de serviços e funções para distinguir, especialmente, os fiéis leigos dos membros ordenados, dentro da atual disciplina e comunhão da Igreja.

1.5. De qualquer modo, a Exortação Apostólica, insistindo na índole secular dos cristãos leigos, reafirma o ensinamento Conciliar: “É verdade que todos os membros da Igreja participam na sua dimensão secular, mas de maneiras diferentes. Nomeadamente a participação dos fiéis leigos tem uma sua modalidade de atuação e função, que, segundo o Concílio, lhes é própria e peculiar: tal modalidade é indicada na expressão ‘índole secular’... Os fiéis leigos vivem no século, isto é, empenhados em toda e qualquer ocupação e atividade terrena e nas condições ordinárias da vida familiar e social, com os quais é como que tecida a sua existência... O mundo torna-se assim o ambiente e o meio da vocação dos fiéis leigos... *O estar e agir no mundo são para os fiéis leigos uma realidade* não só antropológica e sociológica, mas também *especificamente teológica e eclesial*, pois, é na situação intra-mundana que Deus manifesta o seu plano e comunica a especial vocação de procurar o Reino de Deus tratando das realidades temporais e ordenando-as segundo Deus” (“Christifideles Laici”, n.º 15).

1.6. A espiritualidade dos cristãos leigos segue, conseqüentemente,

essa sua dignidade fundamental e essa sua situação dentro do mundo. "A vocação dos fiéis leigos à santidade comporta que a vida segundo o Espírito se exprima de forma peculiar na sua inserção nas realidades temporais e na sua participação nas atividades terrenas" ("Christifideles Laici", n.º 17).

A Exortação Apostólica enfatiza, pois, o chamado à Santidade evan-

gética como "uma obrigação exigente a que não se pode renunciar, como componente essencial de nova vida batismal". Ao mesmo tempo, lembra o Documento pós-sinodal, que a vocação à Santidade está também "intimamente ligada à missão e à responsabilidade confiadas aos fiéis leigos na Igreja e no mundo" (cf. "Christifideles Laici", n.º 17).

## 2. DIVERSIDADE E COMPLEMENTARIEDADE NO MISTÉRIO DA IGREJA — COMUNHÃO

2.1. A Exortação Apostólica "Christifideles Laici" afirma que não podemos entender a missão e responsabilidade dos fiéis leigos na Igreja e no mundo, a não ser à luz do *mistério da Igreja — Comunhão*. Esta é a idéia central que de si deu a Igreja no Concílio Vaticano II (cf. "Christifideles Laici", n.ºs 19 a 20).

Mas essa "comunhão eclesial, diz o Documento pontifício do Sínodo dos Bispos, configura-se mais precisamente, como uma *comunhão orgânica*, análoga a de um corpo vivo e operante: ela, de fato, caracteriza-se pela presença simultânea da *diversidade e da complementariedade das vocações* e condições de vida, dos ministérios, carismas e responsabilidades. Graças a essa diversidade e complementariedade, cada fiel leigo encontra-se em relação com todo o corpo e dá-lhe seu próprio contributo".

"A comunhão eclesial, é, portanto, um dom, um grande dom do Espírito Santo, que os fiéis leigos são chamados a escolher com gratidão e, ao mesmo tempo, a viver com pro-

fundo sentido de responsabilidade. Isso é concretamente realizado através da sua participação na vida e missão da Igreja, a cujo serviço os fiéis leigos, colocam os seus variados e complementares ministérios e carismas" ("Christifideles Laici", n.ºs 19 a 20).

2.2. Convém ressaltar que o Documento pós-sinodal sobre os fiéis leigos procura, por um lado, acentuar o que é comum a todos os membros do Povo de Deus ao falar sobre a dignidade fundamental de todos os cristãos; por outro lado, busca, na apresentação da *Igreja como mistério de comunhão*, superar a dicotomia entre hierarquia e laicato, conforme prevaleceu numa certa teologia pré-conciliar. Deste modo, na teologia sobre a Igreja não se trata de desenvolver uma "hierarquiologia" nem uma "laicologia", mas antes, como diz Pe. Congar O. P., e outros teólogos, trata-se de uma "eclesiologia total". "Com efeito, comunhão é a idéia central e fundamental nos Documentos do Concílio".

“A realidade da Igreja — Comunhão, diz ainda o texto da Exortação pré-sinodal sobre os leigos, é parte integrante, representa como o conteúdo central do mistério, ou seja do plano divino da humanidade... A Igreja comunhão é o povo novo, o povo messiânico, o povo que tem por cabeça Cristo, por condição a dignidade e a liberdade dos filhos de Deus, por lei o novo mandamento de amor como o próprio Cristo nos amou, por fim o Reino de Deus e é constituído por Cristo numa comunhão de vida, de caridade e de verdade. Os laços que unem os membros do novo Povo entre si, e antes de mais com Cristo, não são os da carne e do sangue, mas os do espírito, mais precisamente, os do Espírito Santo, que todos os batizados recebem” (“Christifideles Laici”, n.º 19).

2.3. É dentro deste mistério da Igreja-Comunhão — comunhão, sem dúvida, orgânica — que o texto pontifício vê a diversidade, a distinção e a complementariedade dos ministérios e serviços na Igreja.

Afirmando a distinção essencial entre o Sacerdócio ministerial dos cristãos ordenados e o Sacerdócio comum derivado dos Sacramentos do Batismo e confirmação, o texto da Exortação pontifícia lembra também que tudo o que distingue o fiel leigo nos seus ministérios e funções, dos outros cristãos que são ministros ordenados “não é um suplemento de dignidade, mas uma especial e complementar habilitação para o serviço” (cf. “Christifideles Laici”, n.ºs 20 e 21).

Sem dúvida, a “Christifideles Laici”, adverte para o uso indiscrimi-

nado do termo “ministério”, com o risco até da “clericalização dos fiéis leigos”, o que levou os Padres sinodais a insistirem na necessidade de serem expressas com clareza, quer “a unidade de missão da Igreja, em que participam todos os batizados, que a diversidade substancial do ministério dos pastores, radicado no sacramento da Ordem, em relação com os outros officios e outras funções eclesiais, radicados nos Sacramentos do Batismo e da Confirmação” (cf. “Christifideles Laici”, n.º 23).

2.4. Ao referir-se à participação dos fiéis leigos na vida da Igreja, o Documento pontifício do Sínodo dos Bispos, fala amplamente sobre a *presença dos cristãos leigos na vida das Dioceses* ou Igrejas particulares, as quais “são formadas à imagem da Igreja universal, das quais e pelas quais existe a Igreja católica, uma e única”, conforme ensina o Concílio Vaticano II (cf. “Christus Dominus”, 11).

Estendendo sua explanação sobre o modo de presença dos fiéis leigos na vida da Igreja, a “Christifideles Laici” fala sobre a participação na “paróquia”, enquanto comunidade de fé, família de Deus e fraternidade animada pelo espírito de unidade. Refere-se também à presença dos cristãos nas “pequenas comunidades eclesiais de base, também chamada comunidades vivas... autênticas expressões da comunhão eclesial e centros de evangelização, em comunhão com os seus pastores” (cf. “Christifideles Laici”, n.º 26). O texto da Exortação apostólica do Sínodo Episcopal fala, enfim, sobre várias maneiras de engajamento e formas de participação dos fiéis leigos na vida da Igreja.

### 3. ELEMENTOS PARA REFLEXÃO TEOLÓGICA ACERCA DOS FUNDAMENTOS DAS ORGANIZAÇÕES DOS CRISTÃOS LEIGOS EM CONSELHOS ESPECÍFICOS

3.1. Essa reflexão precisa ser aprofundada entre nós, na medida em que, historicamente, vão surgindo, em vários níveis, os conselhos, as comissões e articulações dos fiéis leigos.

Além do que já foi recordado sobre o estatuto teológico do fiel leigo na Igreja, sua dignidade fundamental, penso que podemos recorrer, antes de tudo, ao tema básico, de que já falamos em parte, sobre o *mistério da Igreja-comunhão e missão* para fundamentar a existência e o processo histórico dos conselhos de leigos.

A "Christifideles Laici" lembra que a *comunhão gera a missão*. A missão, por sua vez, é acolhida *corresponsavelmente* pela Igreja e, de modo especial, por cada grupo específico da Igreja. "A Comunhão e a missão estão profundamente ligados entre si, diz o texto da Exortação Apostólica, elas se compenetraram e se integram mutuamente, ao ponto de comunhão representar a fonte e, simultaneamente, o fruto da missão: a comunhão é missionária e a missão é para a comunhão" ("Christifideles Laici", n.º 32).

Os fiéis leigos constituem a grande maioria dos membros do Povo de Deus. Dentro da "Comunhão missionária" da Igreja, com seus vários ministérios, serviços e carismas, os fiéis leigos assumem corresponsavelmente grande parte da evangelização do mundo. Não era sem profunda convicção que já dizia

Pio XII, em discurso aos Cardeais, em fevereiro de 1948: "Os fiéis, e mais propriamente os leigos, encontram-se na linha mais avançada da vida da Igreja. Por eles, a Igreja é o princípio vital da sociedade humana".

3.2. Em seus serviços e funções próprias, assumindo os ministérios que lhes cabem na Igreja, os fiéis leigos, são marcados, como já se disse, pela sua "índole secular". Dentro, pois, dessa sua "peculiaridade", à luz da *Teologia dos ministérios, na Comunhão da Igreja*, podemos compreender o fenômeno histórico das organizações dos fiéis leigos, além de seus movimentos e comunidades, em conselhos específicos em vários níveis.

Por outro lado, a Igreja "apercebe-se e vive a urgência atual de *uma nova evangelização*", conforme diz o Papa João Paulo II. Ora, o campo se apresenta ao fiel leigo é extremamente vasto como o mundo em que ele se situa. Aí ele exerce sua atividade acentuando, sobretudo, o múnus profético e real de Cristo (cf. "Christifideles Laici", n.ºs 34 e 41).

À guisa de ilustração, podemos apenas enumerar os vários setores de ação que o Papa aponta para os fiéis leigos:

— Na Igreja que se deve fazer servir dos homens, "os fiéis leigos participam da missão de *servir a pessoa e a sociedade*". Nesse serviço de que é responsável a Igreja inteira, "cabe

aos fiéis leigos um lugar de relevo, "que os empenha com modalidades próprias e insubstituíveis, na animação cristã da ordem temporal". Assim podemos indicar com a "*Christifideles Laici*" os serviços de:

— Promover a dignidade de pessoa,

— venerar o inviolável direito à vida,

— defender o direito à liberdade de consciência e à liberdade religiosa,

— assegurar à família o seu lugar primário da humanização da pessoa e da sociedade,

— suscitar a solidariedade entre as pessoas, como decorrência da caridade evangélica,

— participar na política, ou seja, na múltipla e variada ação econômica, social, legislativa, administrativa e cultural,

— pôr o homem no centro da vida econômico-social,

— evangelizar a cultura e as culturas do homem (cf. do n.º 36 ao n.º 44).

3.3. Não será então necessário afirmar que os fiéis leigos, como grupo eclesial distinto dos Bispos, dos presbíteros, dos Diáconos e dos Religiosos, enquanto eles são responsáveis pela missão da Igreja, também têm que se organizar, em vista do ministério ou da função que lhes compete?

Sem essa organização em conselhos próprios, fundamentada no mistério da Igreja-comunhão e missão e conseqüentemente na teologia

dos ministérios, parece-nos impossível enfrentar, hoje, no mundo atual com toda a sua complexidade, o desafio da nova evangelização.

Daí é necessário que não só participem em conselhos mais diversificados e, em si, mais significativos da comunhão eclesial, como os conselhos pastorais, paroquiais ou diocesanos, onde se acham também sacerdotes e religiosos (cf. "*Christifideles Laici*", n.ºs 25 e 27), mas, também, de modo mais específico e na autonomia que lhes cabe, é preciso que se organizem em conselhos especiais de leigos nos vários níveis, diocesanos, regionais e nacional.

Há problemas na evangelização do mundo de hoje que só os cristãos leigos articulados e até organizados oficialmente podem dar resposta, também como Igreja inserida no mundo. Serão organizações análogas aos de outros grupos organizados em conferências ou conselhos e comissões.

3.4. A exortação "*Christifideles Laici*", ao tratar da "*nova era agregativa dos fiéis leigos*", não se refere explicitamente ao novo processo de formação de conselhos de fiéis leigos, mas aos vários grupos, associações e movimentos.

Entretanto, as razões apontadas para "essas formas agregativas de participação" servem também para justificar teológica e pastoralmente o fenômeno eclesial dos conselhos específicos dos fiéis leigos.

"Nestes tempos mais recentes, diz a "*Christifideles Laici*", o fenômeno da agregação dos leigos entre si assumiu formas de particular varie-

dade e vivacidade... A razão profunda que justifica e exige o agregar-se dos fiéis leigos é de ordem teológica: uma razão eclesiológica, como abertamente reconhece o Concílio Vaticano II, ao apontar o apostolado associado como sinal da comunhão e da unidade da Igreja de Cristo. É um sinal que deve manifestar-se nas relações de comunhão, tanto no interior como no exterior das várias formas agregativas, no mais vasto contexto da comunidade cristã. É a própria razão teológica apontada que explica, por um lado o *direito de agregação própria dos fiéis leigos* e, por outro, a necessidade de critérios de discernimento sobre a autenticidade eclesial das suas formas agregativas"... Ademais, "a liberdade associativa dos fiéis leigos na Igreja... não deriva de uma espécie de concessão da autoridade, mas promana no Batismo qual sacramento que chama os fiéis leigos para participarem ativamente na comunhão e missão da Igreja" ("Christifideles Laici", n.º 29).

3.5. Os conselhos dos leigos se radicam, pois, no mistério da Igreja Comunhão e Missão e no estatuto teológico e jurídico dos leigos na Igreja. Esses conselhos, lugares de comunhão e missão, podem ser identificados como espaços de convivência de vários modelos de Igreja e de várias ideologias. São espaços de pluralismo, onde as pessoas são chamadas a "fazer a verdade na caridade", no respeito mútuo e na ação corajosa, em vista da construção do Corpo de Cristo e como instrumentos da edificação do Reino de Deus na história.

Sem dúvida, concordamos com os que afirmam serem os conselhos pastorais (compostos por pessoas representativas dos vários grupos e ministérios) mais significativos da comunhão eclesial e da corresponsabilidade na missão. Sob esse aspecto, até diríamos que as comunidades eclesiais de base, que brotam dentro da realidade orgânica da Igreja, são expressões vivas ainda mais significativas da eclesiologia de comunhão que adotamos nesta era pós-conciliar. No entanto, por essas razões alegadas, não podemos deixar de reconhecer, também, sob o impulso do Espírito Santo, como diz o Documento pontifício do Sínodo sobre os fiéis leigos, outras "formas agregativas" que vêm surgindo entre esses irmãos. Afinal, o mundo de hoje é muito complexo e dividido em categorias, classes e grupos diferentes. Os núcleos comunitários para viver a fé cristã e realizar a missão do Evangelho, nem sempre se formam na base do relacionamento mais natural da vida humana. Para responder a esses novos desafios, em vista da vivência da fé cristã e da nova evangelização surgem, sem dúvida, esses novos fenômenos agregativos de movimentos, de associações, de pastorais diversas e de conselhos específicos de leigos na Igreja.

Por outro lado, além do aspecto histórico e pastoral para justificar tal fenômeno, podemos lembrar que a Teologia da Comunhão e da Missão, como também a dos ministérios na Igreja, é suficientemente rica para nos oferecer elementos eclesiológicos legítimos que fundamentam essas organizações dentro do Povo de Deus.

Por ventura, estaremos negando a comunhão mais ampla e diversificada da Igreja, quando justificamos teologicamente a organização específica do Episcopado ou dos Religiosos dentro do Povo de Deus?

3.6. Antes de concluir esta reflexão, convém que eu me reporte a um ponto do precioso estudo de cunho teológico, "Parecer sobre o Estatuto do Conselho Nacional dos leigos e do Esboço de Estatuto do Conselho Regional dos Leigos — Sul 2", da autoria de Dom Walter Michael Ebejer, O.P., Bispo de União da Vitória.

O estudo de Dom Walter revela sua competência e seu interesse pastoral pela organização dos cristãos leigos na Igreja. Prendo-me apenas a um ponto determinado do seu trabalho que me fez refletir: "Parece-me, diz ele no parágrafo 8, que os conselhos de Leigos não podem considerar-se *como mais* um movimento, uma associação, uma federação de forças laicais, em seus três níveis de representação. Todos os movimentos, associações, pastorais, CEBs, etc. devem estar representados a nível de suas dioceses, suas Igrejas Particulares, nos CDLs, e por esta instância alcançar sua representação no Regional e no Nacional. Ainda que se permita, por motivo de conveniência, a filiação de todos os organismos de leigos no Regional e no Nacional, isto somente serviria para desvirtuar e diluir a índole representativa dos CDLs, que são a verdadeira representação dos leigos nas bases de toda a Igreja no Brasil... Essa equiparação prática dos CDLs aos CRLs e indiretamente ao CNL com a representação dos de-

mais organismos de leigos, é consequência da ausência, nos dois Estatutos, de uma valorização acertada da Igreja particular, na qual o Leigo nasce, se batiza, cresce e atua como "adulto". Até aqui, uma parte do texto de Dom Walter.

3.7. Nada mais oportuno hoje em dia, quando tantos movimentos internacionais de cristãos leigos aparecem e se instalam por toda a parte, do que chamar a atenção para a teologia da Igreja Particular, tão em foco nos Documentos do Concílio Vaticano II.

Entretanto, o Sínodo Episcopal e a "Exortação Apostólica sobre a vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo" não deixaram de levar em conta essas formas agregativas de participação, que não são apenas de nível diocesano. Na verdade, diz a "Christifideles Laici", a incidência cultural, fonte e estímulo e, simultaneamente, fruto e sinal de todas as demais transformações do ambiente e da sociedade, só se pode alcançar com a ação, não tanto dos indivíduos, mas de um sujeito social... E isso é particularmente verdade no contexto de uma sociedade pluralista e fragmentada... e perante os problemas tornados enormemente complexos e difíceis... Para além destes motivos, a razão profunda... é de ordem teológica: uma razão eclesiológica, como abertamente reconhece o Concílio Vaticano II ao apontar o apostolado associado como um sinal da comunhão da Igreja em Cristo" (n.º 29).

Os textos que justificam o fenómeno agregativo dos fiéis leigos, sem desfazer o princípio da Igreja particular, apontam para outras co-

ordenadas teológicas e pastorais dentro dos ministérios da Igreja comunitária e missão.

Não me parecem, pois, desprovidos de bases teológicas os Conselhos de nível regional e nacional. Até mesmo, por motivos pastorais e dentro do processo histórico da nossa Igreja, os Conselhos Regionais e o Nacional têm surgido antes mesmo de muitos Conselhos Diocesanos. Estes, muitas vezes, vêm sendo suscitados por aqueles.

Ademais, se o sadio e importante princípio teológico da Igreja Particular fosse o único na teologia da Igreja — Comunhão e missão, nunca poderíamos justificar a organização da vida consagrada e religiosa, a partir de São Bento e depois no séc. XIII e na época moderna, com as ordens e Congregações Religiosas a se organizarem nos mais altos níveis e, não raro, transcendendo as Igrejas Particulares, embora devam servi-las nessas bases da Igreja Universal, no trabalho missionário.

Permito-me, enfim, *concluir*, a presente reflexão com uma citação extraída de uma comunicação feita por um cristão leigo da Alemanha

Federal, Félix Raabe, no Sínodo Episcopal sobre os Leigos, em eterno da "Unidade e Coordenação da atividade dos leigos no âmbito nacional".

"A atividade dos leigos tem-se desenvolvido em estrita conexão com a situação socio-cultural, histórica e política dos vários países. Ela conferiu à imagem da Igreja uma nova dimensão importante, que se tornou irrenunciável para a sua missão... Importante é a coordenação, no âmbito nacional, de todas as forças do laicato católico, também por motivos políticos... O grande diálogo social numa sociedade pluralista é um pressuposto irrenunciável para a liberdade. O futuro do mundo pertence ao pluralismo. Neste diálogo o trabalho dos leigos tem a oportunidade de chegar a um amplo consenso com as outras forças da sociedade sobre problemas concernentes aos valores irrenunciáveis, sem o qual não se pode conservar o direito, a liberdade e a paz... Quem considera a obra dos leigos nesta perspectiva deve dar a máxima prioridade ao fortalecimento da unidade e à necessidade de coordenação nacional". □

---

### Convivência social fraterna

Bíblia — "Reparte o teu pão com o faminto, acolhe em tua casa os indigentes e desabrigados. Quando vires um homem sem roupa, veste-o. Então, gritarás por socorro e o Senhor dirá: Eis-me aqui", Is 58, 7-10.

Leitor — Na convivência social fraterna e solidária se experimenta Deus. Uma religião insensível ao sofrimento do irmão não pode agradar a Deus (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).



Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299  
20031 Rio de Janeiro, RJ

Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ  
1 de abril de 1990

Jesus subiu ao monte e se assentou. Vendo as **multidões**, aquela ali presente e todas as multidões que lhe seguiriam os passos através dos tempos, com clareza e franqueza, assim classificou seus componentes: pobres, mansos ou amansados pela tribulação, aflitos, famintos. Gente que busca **se mudar e mudar a face da terra** por meios hábeis: a misericórdia, a pureza do coração, a promoção da paz. E, por isso, sofrem perseguições, injúrias, calúnias. "Como esta gente se parece comigo em tudo, exceto no pecado" (Hb 4, 15), poderia ter dito, pois **as Bem-aventuranças são a autobiografia de Jesus**. Tudo o que dizem, nele prevaleceu em plenitude.

Um fenômeno, ou seja, coisa rara e surpreendente: a estas **MULTIDÕES**, sociológica e paradoxalmente **um RESTO**, Jesus confia: "**Vós sois o sal da terra... Vós sois a luz do mundo**" (Mt 5, 13-14). Duas alegorias, ou seja, duas exposições de um só pensamento, sob forma figurada. A apresentação de duas realidades — sal e luz — para se dar a idéia de uma terceira: como devia ser o seu seguidor. No **CONJUNTO** das duas alegorias, flutua esta **primeira verdade**, a olho nu, imprecisa e tênue, mas consistente: o Evangelho que cada cristão encarna deve ser proposto a todos os homens com o vigor e a clareza das **OBRAS**, isto é, o exemplo, o testemunho, o sal; e da **PALAVRA**, a luz.

Sozinha, a alegoria do SAL sugere, também, esta **segunda verdade**: as qualidades que o sal tem, o cristão precisa ter. E o sal reúne, como que em vitrine, qualidades que, no mundo real, estão dispersas. Entre outras, saliente: o sal **purifica**. O sal **dá sabor** como tempero. O sal **transforma**. O sal **preserva**. Conserva. Não deixa deteriorar. O sal **ativa** o fogo. Tudo isto presente-se, de forma inequívoca, embora escondidamente, sem alarde ou mise-en-scène. Só por sua atuante presença subliminar. "Vós sois o sal da terra", um convite a **TESTEMUNHAR. Ser presença**, apesar das fraquezas, misérias e impurezas da condição humana.

A alegoria do SAL sinaliza, ainda, esta **terceira verdade**: um alerta contra a **OMISSÃO** e a apatia. O Evangelho na pessoa do cristão e da comunidade cristã preserva o mundo da podridão. Sem esta presença, o mundo ficaria insuportável para Deus (Mt 3, 17; 12, 18). Mas se o sal não salgar, a obra fica em desacordo com o projeto. Joga-se fora, então, para ser pisado e haverá choro e ranger de dentes (Mt 8, 12). Uma perspectiva excessivamente sombria. Mas para quem se omite, cruza os braços, economiza suores, não há outro destino. **Quem se omite é parcela mas fora da soma**. O ramo fora da árvore, seca (Jo 15, 6). A inspiração básica, indissociável do Evangelho é agir, fazer em consequência do ser.

A alegoria da LUZ revela, outrossim, esta **quarta verdade**: a luz não foi feita para SE mostrar mas para tudo o mais revelar. Ninguém é cristão para si. O Evangelho deve ser anunciado sobre os telhados (Mt 10, 27). Pôr a boca no mundo. A luz em nós acendida deve se irradiar fulgurante. Mas a glória do louvor pelo resultado pertence unicamente ao Senhor (Mt 5, 16). É dele o querer e o fazer (Fil 2, 13). "**Vós sois a luz do mundo**" soa como um embalo ao anúncio da Boa Nova e como antidoto à **PRESUNÇÃO**, ou seja, o juízo teórico e/ou a apropriação prática baseando-se meramente na aparência ou nas ambições personalistas.

**BEM-AVENTURADOS** os pobres, os mansos, os aflitos, os famintos, os misericordiosos, os puros de coração, os promotores da paz, os perseguidos... tudo tão insólito que poucos acreditam na sua viabilidade. Não obstante o absurdo humano, "**vós sois o sal da terra... Vós sois a luz do mundo**". Sal e luz, obras e palavras, fé e vida, culto e ação. Com ar iluminado, JESUS nada promete de inteligível no horizonte do tempo. Anuncia simplesmente **novos tempos** pela nossa fé no seu poder de Deus que é. Resta, pois a nós **CRER para ver**. Viver pela fé este apelo. O Evangelho não é apenas o fato. É o fato e a sua leitura, o entendimento e a apropriação pessoal e social da leitura do fato. Saiba ler a letra dos fatos da história com a luz do Espírito de Jesus.

Desejando-lhe **toda PAZ** — consigo, com o próximo, com Deus — e **todo BEM**, com exclusão da injustiça e da opressão, agora e sempre, ao seu inteiro dispor, com renovada estima e fraterna amizade, subscrevo-me,

atenciosamente,

PE. MARCOS DE LIMA, SDB  
Redator-Responsável